



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LUCIANA DE ALMEIDA ARAÚJO SANTOS

**COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS EM
2009 E 2010**

UBERLÂNDIA-MG
2013

LUCIANA DE ALMEIDA ARAÚJO SANTOS

**COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS EM
2009 E 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Gestão Financeira e Controladoria

Orientadora: Profa. Dra. Sirlei Lemes

UBERLÂNDIA-MG

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU

- S237c Santos, Luciana de Almeida Araújo, 1978-
Comparabilidade das demonstrações contábeis brasileiras em
2009 e 2010 / Luciana de Almeida Araújo Santos. - 2013.
93 f.
Orientadora: Sirlei Lemes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Administração.
Inclui bibliografia.
1. Administração - Teses. 2. Contabilidade - Normas - Teses. I.
Lemes, Sirlei. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em Administração. IV. Título.

CDU: 658

LUCIANA DE ALMEIDA ARAÚJO SANTOS

**COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS EM
2009 E 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Gestão Financeira e Controladoria.

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Sirlene Lemes
Orientadora FACIC/UFU


Profa. Dra. Patricia de Souza Costa
FACIC/UFU


Prof. Dr. Vinicius Aversari Martins
USP/SP

Uberlândia, 26 de agosto de 2013

À minha família,
que incondicionalmente me apoiou
durante todo o mestrado.

AGRADECIMENTOS

O dia e a hora, em sentido lato, marcados para a defesa de um trabalho baseado em estudo teórico de natureza reflexiva com ordenação de ideias sobre determinado assunto, a dissertação, não traduz todos os desafios envolvidos para a realização do mesmo, especialmente porque enquanto acontece o desenvolvimento de uma pesquisa dessa natureza nossas vidas se desenrolam num ritmo contínuo, e muitas vezes certas situações que acontecem fogem ao nosso controle e podem prejudicar a ordem adequada do desenvolvimento pretendido. Então, chegar nesse momento é significativamente importante para mim, e se faz necessário manifestar gratidão e menção às pessoas e instituição que foram fundamentais nessa trajetória e me deram apoio que concorreu de maneira relevante para a conclusão desse trabalho. (LOURENÇO, 2010, p. 4)

Ao ler essas palavras, percebi o quanto elas expressam exatamente o que eu penso e o que eu sinto. Finalizar esse trabalho significa vencer um desafio que, por vezes, parecia-me impossível vencê-lo, mas que me proporcionou, além de conhecimento científico, crescimento como ser humano. Sou sinceramente grata a todos que me apoiaram, incentivaram e participaram dessa trajetória.

A Deus, agradeço pela oportunidade de ingressar no mestrado e, principalmente, por me conceder condições de concluí-lo, não me deixando desistir.

Aos meus pais, Marisa e José Antônio, serei eternamente grata pela educação, pelos ensinamentos e princípios que me transmitiram e pela oportunidade de chegar até aqui. À minha mãe, em especial, agradeço por estar sempre presente em minha vida, acreditando, incentivando, apoiando. De forma fiel e compreensiva, sorriu e chorou junto comigo em todos os momentos.

À minha irmã, Fabiana, agradeço pela convivência, apoio, incentivo e compreensão, principalmente nos momentos críticos desta trajetória.

À minha avó, Esmeralda, e tia, Marilda, agradeço por estarem sempre presentes em minha vida e torcerem por mim. Em especial, à minha avó, que mesmo de forma silenciosa, muito me ensinou durante esse período.

Ao meu cunhado, Oscari Bruno, agradeço pelo apoio, pelo incentivo e pela oportunidade que me proporcionou de fazer parte do seu cotidiano profissional.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sirlei Lemes, a quem muito admiro pelo profissionalismo e seriedade, sou muito grata. Foi minha professora na graduação e despertou em mim o interesse pelo mundo da pesquisa. Foi minha orientadora de iniciação científica e me incentivou a ingressar no mestrado. Foi realmente a responsável pela minha decisão de tentar o mestrado quando, no dia 7 de abril de 2010, durante o lançamento de seu livro, fez ressurgir em mim algo que estava adormecido: o interesse pelo mundo acadêmico.

Agradeço a ela por todos os ensinamentos transmitidos, pela proposta de pesquisa, as orientações, as revisões realizadas durante o desenvolvimento do trabalho, a paciência e, principalmente, por sempre acreditar em mim.

Ao Prof. Dr. Ernando Antonio dos Reis, expresse minha sincera gratidão pela oportunidade que me proporcionou de desenvolver meu trabalho na FACIC como assistente administrativa. Pela sua compreensão ao me permitir trocar o horário de trabalho, possibilitando, assim, que eu cursasse as disciplinas do mestrado. Além disso, pelo incentivo, apoio e pelos ensinamentos transmitidos na graduação e no mestrado. Agradeço também pela sua participação na banca de qualificação deste trabalho, contribuindo de maneira relevante com sugestões muito pertinentes.

À Profa. Dra. Patrícia de Souza Costa, sempre atenciosa, agradeço pela sua participação nas banca de qualificação e defesa apresentando contribuições muito relevantes para melhoria do meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins, agradeço pela participação na banca de defesa desta dissertação e pelas sugestões e comentários apresentados.

Aos meus amigos Loraine Oliveira e Cláudio Mendonça, sempre presentes nos momentos alegres e tristes, participando durante toda essa trajetória, agradeço pela amizade sincera, apoio e motivação.

Aos amigos Gislaine Martins, Poliana Trindade, Camilla Polonini, Ana Carolina Alcântara, Ana Angélica Belório, Walter Terreri, Vera Lúcia e Claudiene Angélica, agradeço a todos por demonstrarem, cada um da sua maneira, amizade e incentivo durante o mestrado.

Aos meus colegas do mestrado Breno, Gilvania, Núbia, Sérgio e Thiago agradeço pela troca de experiências e aprendizado.

Às minhas amigas Gilvania de Sousa e Núbia Rodrigues, sou imensamente grata. Participaram de forma ativa de todos os momentos desta trajetória, os tristes, os alegres e os críticos. Sempre com palavras de força e motivação, disponíveis para ouvir, trocar ideias e colaborar. O apoio e a paciência de vocês, principalmente na etapa do desenvolvimento desta dissertação, foi fundamental para eu me manter firme até o final. Muito obrigada!

À Núbia Rodrigues, agradeço ainda pela parceria no desenvolvimento dos trabalhos e artigos das disciplinas, foram vários e-mails trocados em plena madrugada possibilitando a realização de todos eles.

À Profa. Dra. Edvalda Araújo Leal, sou grata pela forma atenciosa e prestativa com que sempre me tratou. Agradeço pelo apoio e também pelos ensinamentos transmitidos durante a elaboração de artigos.

Ao Prof. Dr. Gilberto José Miranda, agradeço pelo incentivo, ensinamentos e pela parceria acadêmica no desenvolvimento de alguns artigos .

À Profa. Ma. Denise Mendes da Silva e ao Prof. Me. Valdiney Alves de Oliveira, agradeço por me incentivarem e a pela disposição em discutir alguns temas durante o mestrado.

Ao Reiner Botinha, agradeço pela parceria acadêmica no desenvolvimento de artigos e pelo apoio de sempre.

À turma da FACED, Gianni Freitas, Rosane Cristina, Sandra Horani, Maria Cláudia, Roberto José, Oscari Bruno, James Madson, Ricardo Ferreira, Edmilson Correia, Katiane Braga, Rodrigo Mendonça, Marcelo Melazzo, Fernando Augusto, Profa. Dra. Adriana Omena, Prof. Dr. Carlos Henrique, Prof. Dr. Gerson de Sousa, Prof. Dr. Guilherme Saramago e Profa. Dra. Mara Rúbia Alves. Com vocês compartilhei meus últimos vinte meses de curso. Agradeço a todos por escutarem meus desabaços, minhas alegrias e descobertas, sempre com palavras de apoio.

À Profa. Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos, agradeço de forma especial pela compreensão, paciência, e incentivo. Sempre me ouvindo e se preocupando com o desenvolvimento da minha dissertação. Seu apoio para que fosse possível conciliar minhas atividades profissionais com o desenvolvimento deste trabalho foi essencial para eu chegar ao fim dessa trajetória.

Ao Prof. Dr. Marcelo Soares P. da Silva, agradeço por permitir a flexibilização do meu horário durante os quatro meses de dilação, possibilitando assim que eu terminasse minha dissertação.

À Cristiane Martins, agradeço pela ajuda e boa vontade em pesquisar na biblioteca de seu país e me enviar artigos que foram importantes para ao desenvolvimento da minha pesquisa.

À Anelise Dantas, responsável por todas as traduções necessárias durante o mestrado, agradeço por me atender sempre de forma prestativa e com muita agilidade.

À Diélen Borges, agradeço pela leitura e correção ortográfica do meu trabalho, sobretudo pela maneira gentil que aceitou revisá-lo, com pouco tempo, devido ao meu prazo final.

A todos os professores do PPGA, Profa. Dra. Kárem Cristina de Sousa Ribeiro, Profa. Dra. Stella Naomi Moriguchi, Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior e Profa. Dra. Verônica Angélica de Freitas Paula, agradeço pelos ensinamentos transmitidos durante as aulas.

Sou grata a esta instituição, Universidade Federal de Uberlândia, pela possibilidade de cursar minha graduação, cursar o mestrado e desenvolver minha trajetória profissional desde o seu início.

RESUMO

Com a aprovação da Lei nº 11.638/07, o Brasil deu início ao processo de adoção às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), inserindo-se no processo de convergência contábil mundial às IFRS. O *International Accounting Standards Board* (IASB) busca a convergência das normas locais para as normas por ele emitidas a fim de obter demonstrações contábeis comparáveis. Nesse sentido, dada a importância em gerar informações contábeis comparáveis, este estudo tem como objetivo verificar o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis em 2009 e 2010. Para tanto, utilizou-se uma amostra de 65 companhias brasileiras abertas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), pertencentes ao Índice Brasil (IBrX), em 2012. Foram analisadas as notas explicativas das demonstrações contábeis consolidadas dessas empresas, no ano de 2010. Nas notas explicativas de 2010 é apresentado o quadro de reconciliação de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil (BRGAAP)/IFRS referente a 2009, permitindo, assim, a identificação do nível de comparabilidade para esses dois anos. Para mensurar o nível de comparabilidade, dois índices foram utilizados. Com o Índice de Gray verificou-se a comparabilidade do lucro líquido (LL) e do patrimônio líquido (PL) apresentado sob dois padrões contábeis (BRGAAP e IFRS). Por meio do *T Index* (Índice de Taplin) mensurou-se a comparabilidade, quantificando as escolhas contábeis realizadas pelas empresas, para cada item definido. Nesse caso, os itens foram ativo biológico, ativo imobilizado, ativo intangível, estoques e instrumentos financeiros. O Índice de Gray revelou que 37 empresas (56,93%) foram comparáveis para o LL, enquanto 33 empresas (50,76%) foram comparáveis para o PL. Os ajustes identificados como mais frequentes realizados pelas empresas que não apresentaram os valores de LL e PL comparáveis foram: participações de acionistas não controladores, impostos diferidos, baixa de ativo diferido, benefícios a empregados, ativo biológico, combinações de negócios e contratos de concessão. A comparabilidade identificada era esperada, pois 2009 foi um ano de transição das normas locais às IFRS, ou seja, dois conjuntos diferentes de normas contábeis foram identificados. A aplicação do *T Index* para os cinco itens delimitados resultou em comparabilidade plena para ativo biológico, ativo intangível e instrumentos financeiros. Isso significa que todas as empresas fizeram opção pela mesma escolha contábil. Para o ativo imobilizado, a comparabilidade foi de 65% e para estoques, 50%. Com o resultado obtido, não se pode afirmar que a adoção das IFRS implicou aumento da comparabilidade das demonstrações contábeis num primeiro momento. É necessário acompanhar o comportamento das empresas em anos posteriores, no caso das escolhas contábeis, para permitir uma avaliação mais completa sobre o nível de comparabilidade alcançado pelas empresas brasileiras ao migrarem para as IFRS.

Palavras-chave: Adoção das IFRS. Índice de Gray. *T Index*.

ABSTRACT

With the passing of Law No. 11.638/07 Brazil started the process of adopting the International Financial Reporting Standards (IFRS), and finally joined the worldwide convergence to the IFRS. The International Accounting Standards Board (IASB) seeks the convergence of local laws to the norms it issues, so that comparable accounting information comes as a result. Thus, given the importance of comparable accounting information, this study aims to check the level of comparability of the 2009 and 2010 accounting statements. For that, a sample of 65 Brazilian companies listed on the open in the BM&FBOVESPA was gathered for the year 2012. The notes in their 2010 consolidated accounting statements were analyzed; they contained a presentation of the 2009 BRGAAP/IFRS account ledger reconciliation table, thus allowing for the identification of the level of comparability for these two years. The Gray Index was used to verify the comparability of the Net Profit (Portuguese, LL – Lucro Líquido), and the Net Asset (Portuguese PL – Patrimônio Líquido), presented under two accounting standards – the BRGAAP and the IFRS. The Taplin Index (T Index) was used to measure comparability, quantifying the accounting choices made by the companies, for each of the pre-determined items. In this case, the items were the biological assets, the fixed assets, the intangible assets, the inventories, and the financial instruments. The Gray Index revealed that 37 companies (56,93%) were comparable for the LL, while 33 companies (50,76%) were comparable for the PL. The more frequent adjustments shown by the companies that did not have comparable LL and PL were: non-controlling interests, deferred taxes, deferred asset retirement, employee benefits, biological assets, business combinations, and concession contracts. The expected comparability was identified, once 2009 was a year of transition from local norms to the IFRS, therefore, two different sets of accounting standards were identified for that period. The application of the T Index for the five pre-determined items resulted in plain comparability for biological assets, intangible assets, and financial instruments. That means that all the companies made the same accounting choice. For fixed assets comparability was 65%, and for inventories, 50%. The results obtained cannot ascertain that the adoption of the IFRS implied in an increase in comparability of accounting statements during the first stage. Closer monitoring of the companies' behavior during the upcoming years is needed, in the case of accounting choices, so that a more thorough evaluation can be made about the level of comparability reached by Brazilian companies upon convergence to the IFRS.

Keywords: Adoption of the IFRS. Gray Score. T *Index*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Estrutura da Pesquisa	17
Figura 2	Estrutura do T <i>Index</i>	28
Quadro 1	Pronunciamentos contábeis emitidos em cada fase do processo de transição.....	19
Quadro 2	Carteira Teórica do IBrX em agosto de 2012	43
Quadro 3	Empresas da amostra por setor	46
Quadro 4	Resumo das opções de mensuração para os itens estudados	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Exemplo da aplicação do T <i>Index</i>	27
Tabela 2	Exemplo da aplicação do Índice H	29
Tabela 3	Composição da amostra inicial segmentada por setor.....	44
Tabela 4	Informações sobre a amostra	45
Tabela 5	Valores do Índice de Gray para o LL e PL	50
Tabela 6	Demonstração da origem do IC _{LL}	53
Tabela 7	Demonstração da origem do IC _{PL}	55
Tabela 8	Empresas que apresentaram o índice igual a 1	58
Tabela 9	Empresas com o índice de Gray no intervalo de 10% de materialidade	58
Tabela 10	Frequência dos índices de comparabilidade nos intervalos de 0,90 a 1,10	59
Tabela 11	Percentual de empresas comparáveis por setor	60
Tabela 12	Empresas não comparáveis para o LL	61
Tabela 13	Ajustes realizados pelas empresas não comparáveis para o LL.....	62
Tabela 14	Ajustes mais frequentes por setores para o LL	64
Tabela 15	Empresas não comparáveis para o PL	66
Tabela 16	Ajustes realizados pelas empresas não comparáveis para o PL ...	67
Tabela 17	Ajustes mais frequentes por setores para o PL	68
Tabela 18	Escolhas contábeis adotadas pelas empresas da amostra agrupadas por setor.....	71
Tabela 19	Valores do T <i>Index</i> para cada item em estudo	74
Tabela 20	Valores do T <i>Index</i> por setor	75
Tabela 21	Resumo dos valores do T <i>Index</i> por setor....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BRGAAP	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IC	Índice de Comparabilidade
IC _{LL}	Índice de Comparabilidade Lucro Líquido
IC _{PL}	Índice de Comparabilidade Patrimônio Líquido
ICPC	Interpretação Técnica
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
LL	Lucro Líquido
PL	Patrimônio Líquido
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
US GAAP	<i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contextualização	13
1.2	Problema e questão de pesquisa.....	15
1.3	Objetivo da pesquisa.....	16
1.4	Justificativa da pesquisa.....	16
1.5	Estrutura da pesquisa.....	17
2	REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA.....	18
2.1	O processo de convergência contábil no Brasil	18
2.2	Comparabilidade.....	21
2.2.1	<i>Índice de Gray</i>	22
2.2.2	<i>Índice de Taplin (T Index)</i>	25
2.3	Escolhas contábeis	31
2.4	Apresentação dos itens para aplicação do <i>T Index</i>	34
2.4.1	<i>Ativo biológico</i>	34
2.4.2	<i>Ativo imobilizado</i>	35
2.4.3	<i>Ativo intangível</i>	37
2.4.4	<i>Estoques</i>	38
2.4.5	<i>Instrumentos financeiros</i>	39
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	41
3.1	Classificação, métodos e técnicas de pesquisa.....	41
3.2	Amostra da pesquisa	42
3.3	Instrumentos de comparabilidade utilizados na pesquisa	47
3.4	Coleta de dados.....	48
4	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	50
4.1	Resultado da aplicação do Índice de Gray.....	50
4.1.1	<i>Análise setorial para o Índice de Gray</i>	60
4.1.2	<i>Ajustes realizados pelas empresas com LL e PL não comparáveis</i>	61
4.2	Resultado da aplicação do Índice de Taplin (<i>T Index</i>).....	71
4.3	Limitações do estudo.....	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS	84
	ANEXOS.....	89
	APÊNDICES.....	90

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A Contabilidade tem como função “prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões” (IUDÍCIBUS, 2000 p. 20). Esses usuários ocupam diversas regiões e mercados mundiais e, na medida em que os mercados de capitais vão se integrando, surge uma nova situação que permite aos investidores a capacidade de empregar recursos financeiros em qualquer parte do mundo sem haver a necessidade de residir no país em que seu capital seja alocado (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

Com o objetivo de integrar as práticas contábeis entre os países em função da necessidade de adequação das diferenças entre as normas contábeis existentes, destaca-se o processo de convergência contábil. Tal processo tem o propósito de permitir a comparabilidade das demonstrações contábeis e, ainda, tornar o capital mais dinâmico entre as economias globais envolvidas (OLIVEIRA, 2010).

Em um cenário no qual a convergência contábil era desejável, foi criado, em 1973, o *International Accounting Standards Committee* (IASC), por meio de um acordo firmado entre entidades Contábeis dos seguintes países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Países Baixos, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos, durante um Congresso Internacional de Contadores, com sede em Londres, na Grã-Bretanha (NIYAMA, 2006).

De acordo com Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009), o IASC era um organismo privado e sem fins lucrativos cujo objetivo era formular e publicar, de forma totalmente independente, normas contábeis internacionais que fossem mundialmente aceitas. Além disso, o IASC deveria “facilitar o fluxo de capitais entre os países ao tornar as demonstrações contábeis mais comparáveis” (LEMES; CARVALHO, 2009, p. 31).

Em 2001, um processo de reestruturação do IASC alterou sua denominação para *International Accounting Standards Board* (IASB). Desde então, as normas por ele emitidas receberam a denominação *International Financial Reporting Standards* (IFRS), cujo objetivo era melhorar a utilidade da informação contábil no contexto internacional.

Na União Europeia, a aprovação do Regulamento nº 1.606/2002, que previa a obrigatoriedade da adoção das IFRS pelas empresas listadas no mercado europeu de ações, a partir de janeiro de 2005, foi o marco para a convergência às normas internacionais (CALLAO; JARNE; LAINEZ, 2007). Com isso, a partir dessa data, as normas internacionais deveriam ser adotadas integralmente pelas empresas listadas nas bolsas da União Europeia, em suas demonstrações consolidadas. No mesmo período, outros países, dentre eles, Austrália, Hong Kong, África do Sul e alguns do leste europeu também aderiram às IFRS (PWC, 2010).

No Brasil, o propósito de integração ao processo mundial de convergência contábil iniciou-se no ano de 2000, com a apresentação do projeto de Lei nº 3.741/00 à Câmara dos Deputados. Tal projeto propunha a modernização da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) por meio da modificação do seu capítulo XV, com o objetivo de eliminar as barreiras regulatórias e alinhar as normas e práticas contábeis brasileiras às internacionais (FARAH *et al.*, 2010).

A aprovação do projeto de Lei nº 3.741, em 28 de dezembro de 2007, deu origem à Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 2008 e determinou, em seu parágrafo quinto, que as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis às companhias abertas deveriam ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

A partir da Lei nº 11.638/07 verificou-se a eliminação de barreiras regulatórias que até então impediam as empresas brasileiras de se inserirem no processo de convergência contábil internacional. Além disso, essa lei contribuiu para a melhoria da transparência das demonstrações contábeis em geral e ainda facilitou o acesso das empresas nacionais aos mercados externos com o intuito de atrair capital estrangeiro para o país (CARVALHO *et al.*, 2011).

Chairas e Radianto (2001) ressaltam como aspectos positivos da convergência: a comparabilidade das demonstrações preparadas em diferentes países, a redução nos custos de emissão de diferentes demonstrações, melhoria da qualidade das informações e dos relatórios financeiros e ainda a remoção de barreiras aos fluxos de capitais internacionais.

Ao observar o processo da convergência contábil mundial, nota-se o empenho de alguns países para reduzir ou até mesmo eliminar as diferenças nas

práticas contábeis. Corroborando esse fato, existe a necessidade do mercado de capitais em obter relatórios contábeis sob um mesmo padrão. Por consequência, tais relatórios devem apresentar números comparáveis tanto para as empresas de um mesmo país quanto entre empresas de diversos países. A melhoria da comparabilidade das demonstrações contábeis é um dos objetivos principais da adoção das IFRS. A comparabilidade é uma das quatro características qualitativas da informação contábil de acordo com o pronunciamento conceitual básico (CPC 00-R₁).

Com o intuito de mensurar a comparabilidade das demonstrações contábeis dentro e entre países, alguns índices têm sido desenvolvidos, desde 1980. Dentre esses índices, pode-se elencar o Índice de Gray, o *H Index*, *C Index*, *I Index* e o *T Index*, cada um com suas particularidades, mas todos voltados ao mesmo fim. Nesta pesquisa foram utilizados dois índices, o Índice de Gray e o *T Index*. Embora eles se fundamentem em base de dados diferentes, ambos são utilizados para mensurar a comparabilidade das demonstrações contábeis brasileiras, na adoção das IFRS. Ressalta-se que quatro (*H Index*, *C Index*, *I Index* e o *T Index*) dos cinco índices supracitados são aplicados com base nas escolhas contábeis realizadas pelas empresas. Tais escolhas são realizadas com base no que é permitido nos Pronunciamentos Contábeis e nas Normas Internacionais de Contabilidade.

1.2 Problema e questão de pesquisa

Ao adotar as IFRS, o Brasil encontra-se em conformidade com o objetivo do IASB que, segundo Sousa (2009, p.8), é "promover um conjunto único de normas contábeis globais compreensíveis, com informações de alta qualidade, comparáveis, para poder ajudar na tomada de decisões econômicas". Pode-se dizer, assim, que a convergência das normas locais às IFRS é o meio para se chegar à comparabilidade. Em função da importância atribuída à comparabilidade da informação contábil no processo de convergência, pretende-se, com este estudo, responder ao seguinte problema de pesquisa

qual o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis das empresas brasileiras de capital aberto com a adoção das IFRS?

Para responder a essa indagação, dois índices que mensuram a comparabilidade com base em dados distintos foram utilizados, sendo eles o Índice de Gray e o *T Index*. O Índice de Gray permite mensurar a comparabilidade do lucro líquido (LL) e patrimônio líquido (PL) de demonstrações contábeis elaboradas sob dois padrões distintos de normas contábeis. Já o *T Index* mensura o nível de comparabilidade ao quantificar as escolhas contábeis realizadas pelas empresas, para cada um dos itens em estudo.

1.3 Objetivo da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é verificar o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis das empresas brasileiras de capital aberto com a adoção das IFRS, a fim de responder o problema de pesquisa proposto.

Para atingir o objetivo geral, elencam-se como objetivos específicos:

- a) Calcular o Índice de Gray para as empresas da amostra e classificar suas demonstrações contábeis nas categorias de comparáveis e não comparáveis com base no resultado obtido;
- b) Identificar os ajustes mais frequentes realizados pelas empresas que tiveram suas demonstrações contábeis classificadas como não comparáveis, de acordo com a letra 'a';
- c) Calcular o *T Index* para as empresas da amostra, identificando, assim, o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis, com base nas escolhas contábeis, entre as empresas para cada um dos itens estudados.

1.4 Justificativa da pesquisa

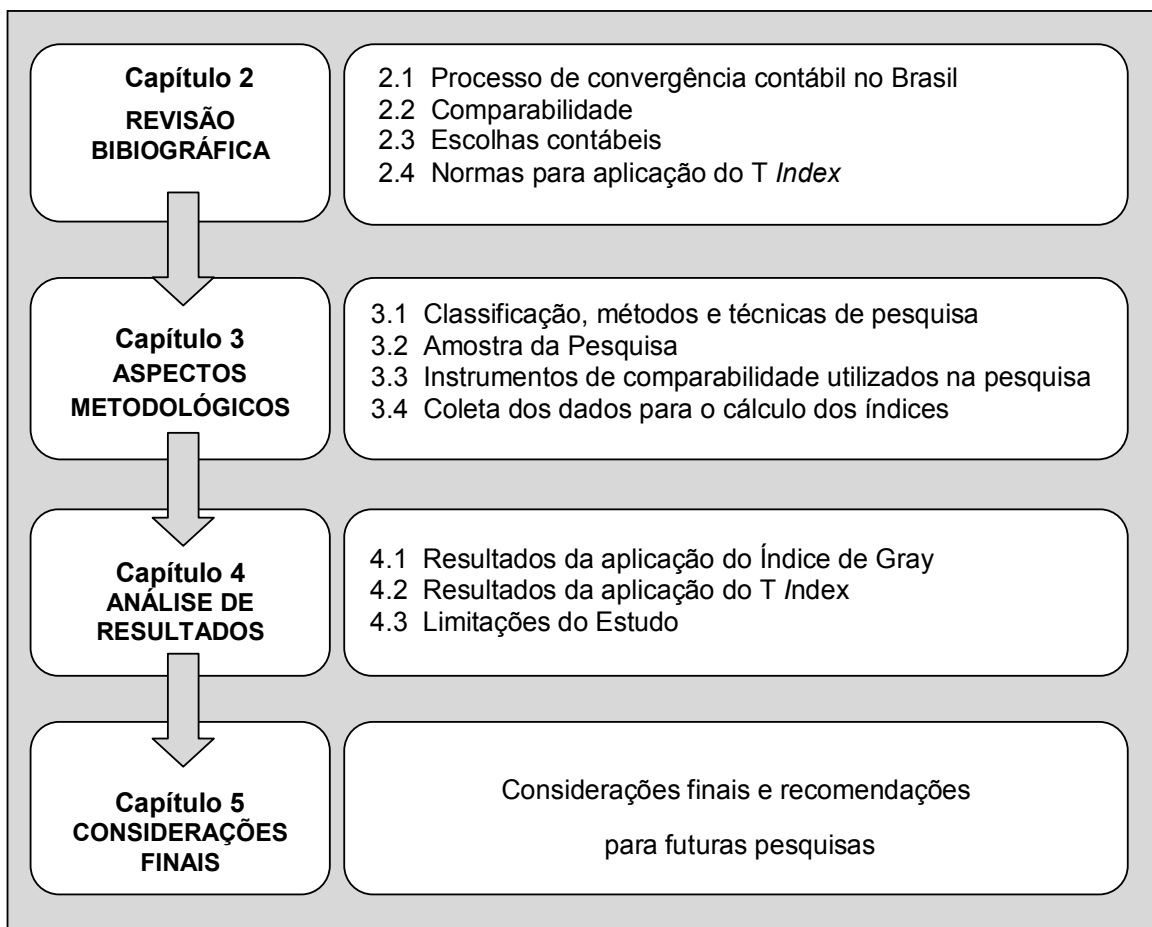
A pesquisa justifica-se pela relevância do tema comparabilidade em relação à adoção das IFRS, uma vez que a comparabilidade é uma das características qualitativas que se espera obter nas demonstrações contábeis na adoção das IFRS. Segundo Taplin (2011), as pesquisas sobre comparabilidade ainda estão em sua infância e requerem mais estudos empíricos que examinem as demonstrações das empresas e promovam discussões sobre o conceito de comparabilidade. A expectativa, com o desenvolvimento desta pesquisa, é que ela contribua não só no

âmbito acadêmico para os estudiosos da área, mas de forma geral, para os usuários da informação contábil, uma vez que, por meio de seu resultado, é possível obter maior compreensão da adoção das IFRS, bem como observar se realmente esforços do IASB em obter a comparabilidade de informação contábil estão sendo bem sucedidos.

1.5 Estrutura da pesquisa

Esta pesquisa está organizada em quatro capítulos, além deste de Introdução. Os demais são: Revisão Bibliográfica, Aspectos Metodológicos, Análise de Resultados e Considerações Finais, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura da pesquisa



Fonte: A autora (2013)

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os fundamentos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, inicia-se o capítulo com o processo de convergência contábil no Brasil, seguido dos itens comparabilidade, Índice de Gray, Índice de Taplin, escolhas contábeis e, para finalizar, itens utilizados para aplicação do T *Index*.

2.1 O processo de convergência contábil no Brasil

À medida que as IFRS têm se tornado praticamente a linguagem contábil oficial do mundo, o processo de convergência a essas normas passou a ser essencial. Segundo Oliveira e Lemes (2011, p.158-159):

O objetivo do processo de convergência é integrar as práticas contábeis entre os países para atender a necessidade de informação contábil, especialmente, por parte dos mercados financeiros. Esse processo de convergência tenciona adequar diferenças de GAAP's existentes, de modo a permitir a comparabilidade e tornar o capital mais dinâmico entre as economias globais envolvidas.

O processo de convergência às IFRS no Brasil se deu de forma gradual. A primeira fase foi a transição para as IFRS, de acordo com as Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Contábeis de 1 a 14, vigentes para os exercícios de 2008 a 2009. Por fim, a adoção obrigatória do padrão internacional completo, também chamado de *full* IFRS, foi determinada para o exercício findo em 2010 (SANTOS, 2011).

Observa-se que, no Brasil, o impacto da adoção das *full* IFRS foi menor que na Europa. Isso deve-se ao fato de que, no país, houve uma convergência parcial, enquanto na Europa a convergência ocorreu em uma só etapa. No Brasil, durante a adoção completa das IFRS, o padrão contábil anterior, Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil (BRGAAP), não era um BRGAAP "puro", e sim, um BR GAAP "híbrido" influenciado pelas normas internacionais, diminuindo, assim, o impacto da adoção completa das IFRS (ERNST; YOUNG, 2011).

O Quadro 1 apresenta os CPCs emitidos em cada uma das fases de transição e adoção bem como a norma do IASB correspondente a cada um.

Quadro 1 - Pronunciamentos contábeis emitidos em cada fase do processo de transição

1ª Fase		
CPC	Pronunciamento Contábil	IASB
CPC 00 (R1)	Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	<i>Framework</i>
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	IAS 36
CPC 02 (R2)	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IAS 21
CPC 03 (R2)	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	IAS 7
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	IAS 38
CPC 05 (R1)	Divulgação Sobre Partes Relacionadas	IAS 24
CPC 06 (R1)	Operações de Arrendamento Mercantil	IAS 17
CPC 07 (R1)	Subvenção e Assistência Governamentais	IAS 20
CPC 08 (R1)	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	IAS 39
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado	–
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	IFRS 2
CPC 11	Contratos de Seguros	IFRS 4
CPC 12	Ajuste a Valor Presente	–
CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP 449/08	–
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação - (Corresponde a OCPC3)	–
2ª Fase		
CPC	Pronunciamento Contábil	IASB
CPC 15 (R1)	Combinação de Negócios	IFRS 3
CPC 16 (R1)	Estoques	IAS 2
CPC 17 (R1)	Contratos de Construção	IAS 11
CPC 18 (R2)	Investimento em Coligada e em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IAS 28
CPC 19 (R2)	Negócio em Conjunto	IAS 31
CPC 20 (R1)	Custos de Empréstimos	IAS 23
CPC 21 (R1)	Demonstração Intermediária	IAS 34
CPC 22	Informações por Segmento	IFRS 8
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8
CPC 24	Evento Subsequente	IAS 10
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS 37
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1
CPC 27	Ativo Imobilizado	IAS 16
CPC 28	Propriedade para Investimento	IAS 40
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IAS 41
CPC 30 (R1)	Receitas	IAS 18
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	IFRS 5
CPC 32	Tributos Sobre o Lucro	IAS 12

(Continua)

(Conclusão)

CPC	Pronunciamento Contábil	IASB
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	IAS 19
CPC 35 (R2)	Demonstrações Separadas	IAS 27
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas	IAS 27
CPC 37 (R1)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	IAS 39
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	IAS 32
CPC 40 (R1)	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	IFRS 7
CPC 41	Resultado por Ação	IAS 33
CPC 43 (R1)	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41	–
CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	IFRS para SMES

Fonte: Iudícibus *et al.* (2010) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2013)

Vale ressaltar que as revisões, notadas como R1 e R2, ocorreram por dois motivos. Primeiro, como consequência do acordo entre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB, formalizado por um memorando de entendimentos assinado em 2010. Esse é um acordo de mútua cooperação e constitui o compromisso do Brasil em adotar as normas do IASB, com o objetivo de eliminar ou reduzir as diferenças que existiam entre os CPC originais. Como segundo motivo, algumas revisões se deveram a revisões promovidas pelo IASB nas IFRS, em consequência de revisões de normas pelo próprio IASB.

Com base na última linha do Quadro 1, pode-se observar também que o processo de convergência às IFRS se estendeu às pequenas e médias empresas. Destaca-se que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico PME para pequenas e médias empresas, o qual foi aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.255/09.

A adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil é uma realidade que, inclusive, eleva o Brasil à condição de um dos poucos países a implementar por força legal as normas internacionais nos balanços individuais, além do consolidado (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). Dessa forma, a expressão “contabilidade internacional”, que antes configurava-se como algo distante, hoje, tem-se apresentado como a própria contabilidade societária (LEMES; CARVALHO, 2010). O país que mais se aproxima do processo de convergência do Brasil é a Inglaterra; no entanto, as empresas daquele país podem adotar as normas internacionais nos balanços individuais, mas não estão obrigadas a isso (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Diferentemente do Brasil, na Europa a adoção às IFRS ocorreu apenas para os balanços consolidados, ou seja, na maioria dos países europeus os balanços individuais continuam sendo elaborados com base nos GAAPs locais e apenas os balanços consolidados são preparados de acordo com as IFRS. No Brasil, considerando que as normas brasileiras são emitidas em consonância com as normas internacionais pelo CPC, tanto os balanços individuais como os balanços consolidados estão de acordo com as normas internacionais.

2.2 Comparabilidade

Um dos benefícios apontados com a adoção das IFRS é a apresentação de demonstrações contábeis comparáveis entre si, mesmo que as empresas estejam localizadas em diferentes países (PWH, 2011). Nota-se assim, que a adoção às IFRS entre os países implica um aumento da comparabilidade das demonstrações contábeis, uma vez que, ao adotar o mesmo conjunto de normas, as demonstrações tendem a se tornar comparáveis. Segundo Cairns *et al.* (2010) um dos principais objetivos da adoção das IFRS é melhorar a comparabilidade das informações financeiras.

O IASB considera a comparabilidade como uma das quatro características qualitativas das demonstrações contábeis (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2006). Em conformidade com esse órgão o Pronunciamento Conceitual Básico Revisado (CPC 00- R₁) estabelece que as Demonstrações Contábeis apresentem quatro características qualitativas de melhoria, que são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. De acordo com o CPC00-R₁ (2011, item QC 19), comparabilidade é definida como:

característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.

Para Choi, Frost e Meek (1999, p. 249), "a informação é comparável se ela for similar de forma suficiente para que os usuários tenham como compará-las sem a necessidade de estar intimamente familiarizado com mais de um sistema contábil". Comparabilidade segundo Van Der Tas (1988) é considerada um aumento no grau

de consenso sobre a escolha entre os métodos contábeis alternativos para um item do relatório financeiro. Ou seja, a comparabilidade aumenta quando o resultado das escolhas realizadas pelas empresas se concentram num número limitado de métodos contábeis.

É possível mensurar o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis por meio de índices. Na sequência são apresentados dois índices, que foram utilizados nesta pesquisa para tal mensuração.

2.2.1 Índice de Gray

Em 1980, John Sidney Gray propôs um índice denominado Índice de Conservadorismo que buscava identificar a relação entre os lucros divulgados e ajustados das empresas, baseando-se nas práticas contábeis nacionais em relação a um padrão internacional (GRAY, 1980). Ele é calculado conforme a Equação 1 proposta por Gray (1980, p.67):

$$\text{Índice} = 1 - \frac{(\text{Lucro Ajustado} - \text{Lucro Divulgado})}{|\text{Lucro Ajustado}|} \quad (1)$$

Em sua interpretação original, o resultado maior que um aponta a utilização de práticas contábeis otimistas, enquanto um valor menor que um aponta que as práticas contábeis empregadas são mais conservadoras (GRAY, 1980).

Em estudos posteriores, como o de Weetman *et al.* (1998), renomeia-se o Índice de Conservadorismo para Índice de Comparabilidade, com ênfase no tratamento contábil, porém, sem exigir o julgamento do que é mais ou menos conservador. Assim, o objetivo do Índice de Comparabilidade (também conhecido como Índice de Gray) é mensurar o impacto entre normas de diferentes padrões contábeis para a mesma empresa (WEETMAN *et al.*, 1998).

A equação 1 do Índice de Gray pode ser adaptada para medir a comparabilidade do LL e PL. Essa adaptação foi realizada no estudo de Lemes, Santos e Rodrigues (2013). O objetivo dessa pesquisa foi verificar o nível de comparabilidade do lucro líquido e patrimônio líquido das empresas do setor “Financeiro e Outros”, listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São

Paulo (BM&FBOVESPA), no padrão BRGAAP em relação às IFRS. As equações adaptadas do Índice de Gray para verificar a comparabilidade do lucro líquido e do patrimônio líquido para o exercício de 2009 divulgados em BRGAAP e IFRS podem ser observadas conforme as equações (2) e (3) de Lemes, Santos e Rodrigues (2013, p. 594):

$$\text{Índice de comparabilidade LL} = 1 - \frac{\text{lucro líquido IFRS} - \text{lucro líquido BR GAAP}}{|\text{lucro líquido IFRS}|} \quad (2)$$

$$\text{Índice de comparabilidade PL} = 1 - \frac{\text{patrimônio líquido IFRS} - \text{patrimônio líquido BR GAAP}}{|\text{patrimônio líquido IFRS}|} \quad (3)$$

Para a explicação do resultado do índice, Lemes e Carvalho (2009) observaram que o IC expressa a relação do LL ou PL da empresa no Brasil com o LL ou PL divulgando em CPC/IFRS. Segundo esses autores, se uma empresa da amostra apresenta, um Índice de Comparabilidade para o lucro líquido (IC_{LL}) de $IC_{LL}=0,54$ significa que o LL da empresa em BRGAAP corresponde aproximadamente a 54% do LL apurado de acordo com CPC/IFRS.

O resultado para o índice maior que um aponta que o LL ou PL apurado de acordo com BRGAAP é maior que aquele demonstrado em CPC/IFRS; caso seja menor que um, isso quer dizer que o LL ou PL em BRGAAP é menor do que aquele apurado em CPC/IFRS. Quando o resultado apresenta-se igual a um é sinônimo de neutralidade, ou seja, que os números comparados nos dois padrões contábeis são idênticos (LEMES; SANTOS; RODRIGUES, 2013).

Existem duas limitações para a aplicação do índice de Comparabilidade. Uma delas é que ele “permite mostrar que os números contábeis produzidos por dois conjuntos de normas são divergentes, sem identificar se essas diferenças são relevantes ou não para a avaliação da empresa” (LEMES, CARVALHO, 2009, p.37). Outra limitação por consequência da própria fórmula é que “ele pode produzir valores extremos, se o denominador for próximo de zero” (LEMES, CARVALHO, 2009, p.37).

Alguns estudos foram desenvolvidos com a aplicação desse índice. Haverty (2006), por meio do Índice de Gray, comparou as normas em *United States Generally Accepted Accounting Principles* (USGAAP) e em IFRS para uma amostra de onze empresas da República Popular da China no período de 1996 a 2000. Segundo esse autor, essa foi uma excelente oportunidade para verificar a convergência das normas, pois era exigência da *Securities and Exchange Commission* (SEC) que as empresas cotadas na *New York Stock Exchange* (NYSE) divulgassem uma reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido das demonstrações financeiras elaboradas em IFRS para USGAAP. Desse modo, o índice foi calculado para as empresas em cada ano do estudo. O resultado encontrado foi uma falta de comparabilidade causada principalmente pela reavaliação de imóveis, instalações e equipamentos (HAVERTY, 2006).

Estudo complementar ao de Haverty (2006) foi desenvolvido por Liu (2011), cujo objetivo foi investigar se o lucro líquido divulgado em USGAAP era comparável ao lucro líquido divulgado em IFRS, também para uma amostra de empresas chinesas, porém, no período de 2002 a 2006. Além disso, buscou-se identificar quais elementos contábeis teriam provocado tais diferenças, no caso de elas existirem. Como resultado, o autor verificou que o lucro líquido em IFRS não está totalmente comparável ao lucro líquido em US GAAP e que as causas da não comparabilidade foram, principalmente, em função dos tratamentos contábeis divergentes para: *goodwill*, reavaliação de ativos, participação de minoritários, combinação de negócios e aquisições (LIU, 2011).

Nogueira e Lemes (2008), desenvolveram uma pesquisa sobre o nível de comparabilidade entre BRGAAP e USGAAP para 28 empresas no período de 2000 a 2006. Identificaram ajustes no LL e PL que foram responsáveis pela não comparabilidade. Tais ajustes foram referentes à combinação de negócios, intangíveis, *goodwill*, ativos fixos, planos de pensão, correção monetária e impostos diferidos. O resultado desta pesquisa assemelha-se ao resultado do estudo citado anteriormente no que se refere aos ajustes de combinação de negócios e ativos diferidos.

O estudo de Lemes e Carvalho (2009) teve como propósito avaliar a materialidade das diferenças de reconciliação dos lucros divulgados por empresas brasileiras, de acordo como os BRGAAP e os USGAAP, em uma amostra de trinta

companhias nacionais no período de 2000 a 2005. O resultado encontrado apontou para um número representativo de empresas com resultados não comparáveis, indicando os ajustes referentes à combinação de negócios e *goodwill* como os que mais contribuíram para a não comparabilidade.

Outro estudo que aplica o Índice de Gray e em situação semelhante à da presente pesquisa ao comparar BRGAAP e IFRS é o de Lemes, Santos e Rodrigues (2013), que utilizaram o Índice de Gray para verificar a comparabilidade das demonstrações em BRGAAP e reconciliaram as informações em IFRS para o ano de 2009, para empresas do setor financeiro. Como resultado foram identificados como principais ajustes a mensuração a valor justo, baixa do ativo diferido, combinação de negócios, e taxa de juros efetiva. Nota-se que dois ajustes (baixa do ativo diferido e combinação de negócios) foram semelhantes aos encontrados nesta pesquisa como ajustes mais frequentes na reconciliação de BRGAAP para IFRS.

2.2.2 T Index

Explica-se a origem do *T Index*, quando Ross Taplin em 2004, propôs sua criação com o intuito de proporcionar um sistema unificado, visando aproximar as variações dos índices H, C e I propostos anteriormente, bem como suprir as deficiências apresentadas por eles. (TAPLIN, 2006).

O *T Index* foi criado com base nos índices H, C e I, dessa forma será realizada uma breve apresentação de cada um deles. O índice H foi originalmente criado por Herfindahl, como medida de concentração industrial, posteriormente ajustado por Hirschman e proposto por Van Der Tas em 1988 como uma medida da comparabilidade das demonstrações financeiras (COLE; BRANSON; BRESCH, 2009). O *H Index*, considerado um índice básico, tem o propósito de quantificar o nível de harmonia nacional entre os métodos contábeis utilizados pelas empresa e o seu resultado indica a probabilidade de duas ou mais empresas selecionadas aleatoriamente utilizarem o mesmo método contábil (TAPLIN, 2004).

O *C Index* proposto por Van Der Tas em 1988, apresenta uma evolução em relação ao anterior pois esse, foi desenvolvido para aplicação nas situações em que uma empresa utilizasse mais de um método contábil. Posteriormente, o *I Index* foi

criado com o intuito de enfatizar o nível de harmonia entre diferentes países, uma evolução quando comparado aos anteriores (TAPLIN, 2004). Desde então, alguns estudos foram desenvolvidos e sugeriram melhorias e adaptações para adequar os índices existentes a quaisquer outras circunstâncias que surgissem na prática, ou ainda, para tratar falhas dos índices existentes (TAPLIN, 2006).

Neste contexto, foi criado, a partir dos estudos de Taplin, o *T Index* permitindo que a comparabilidade seja mensurada em função da quantidade de empresas que adotam o mesmo método contábil, ou interpretada como a probabilidade de duas ou mais empresas aleatoriamente selecionadas apresentarem práticas contábeis comparáveis. O *T Index* pode ser utilizado para verificar a comparabilidade de empresas situadas em um mesmo país e também para verificar a comparabilidade em diferentes países (TAPLIN, 2010).

De acordo com Taplin (2010, p.386) a fórmula geral que possibilita o cálculo do *T Index* quando as empresas estão situadas em países diferentes é apresentada por meio da Equação 4.

$$T \text{ Index} = \sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N \sum_{k=1}^M \sum_{l=1}^M \alpha_{kl} \beta_{ij} P_{ki} P_{lj} \quad (4)$$

Onde:

α_{kl} = coeficiente de comparabilidade entre os métodos de contabilidade k e l ;

β_{ij} = ponderação para a comparação entre as empresas dos países i e j ;

P_{ki} = proporção de empresas do país i que utiliza o método contábil k ;

P_{lj} = proporção de empresas do país j que utiliza o método contábil l ;

N = quantidade de países analisados;

M = quantidade de métodos contábeis analisados.

Partindo-se da Equação 4 e excluindo as variáveis não utilizadas para o cálculo do índice entre países, pode-se calcular o *T Index* para um único país. O resultado do cálculo do índice de comparabilidade (*T Index*) é um número entre 0 (zero) e 1(um). O resultado zero indica que as empresas têm as práticas contábeis não comparáveis entre si. Ao contrário, o resultado um indica que as práticas contábeis das empresas são comparáveis entre si (TAPLIN, 2004). Com o propósito de demonstrar a aplicação e possibilitar o entendimento do *T Index* (para um país e

mais de um), apresenta-se a Tabela 1, elaborada por Cairns *et al.* (2010) com dados hipotéticos para aplicação do índice, e na sequência, a explicação de seus valores.

Tabela 1 - Exemplo da aplicação do T *Index*

	Ano 1			Ano 2		
	Método A	Método B	National <i>Index</i>	Método A	Método B	National <i>Index</i>
País 1	60	40	0,52	100	0	1,00
País 2	30	70	0,58	60	40	0,52
	<i>International Index</i> = 0,46			<i>International Index</i> = 0,60		

Fonte: Cairns *et al.* (2010, p.11)

Nota-se na Tabela 1, que o estudo de Cairns *et al.* (2010) aplicou o T *Index* para um período de dois anos, dentro de cada país e entre eles (*National Index* e *International Index*). Com base nos dados evidenciados na Tabela 1, durante o ano 1, verifica-se que 60% das empresas do País 1 utilizaram o método contábil A, enquanto as demais empresas, totalizando 40%, utilizaram o método B. Desse modo, o resultado para o *National Index* foi de 0,52, como apresentado por Cairns *et al.* (2010, p. 10).

$$T = 0.6^2 + 0.4^2 = 0,52 \quad (5)$$

O valor obtido de 52% indica que, no País 1, ao serem analisadas duas ou mais empresas, existe a probabilidade de 52% delas aplicarem o mesmo método contábil, ou seja, 52% das empresas apresentarem práticas contábeis comparáveis. O mesmo cálculo é realizado para o País 2 no ano um, obtendo-se um índice de 0,58, significando que no segundo país em estudo 58% das empresas optaram pelo mesmo método contábil. Ao aplicar o *National Index* no Ano 2, observa-se que para o País 1, o índice é igual a um, apontando uma comparabilidade plena (100%), enquanto para o País 2, o índice igual a 0,52 indica que 52% das empresas fizeram opção pelo mesmo método contábil.

Ainda com base na Tabela 1, ao analisar a comparabilidade entre os países, ou seja, o *International Index* no Ano 1 e no Ano 2, observa-se que no Ano 1, o método contábil A foi escolhido por 60% das empresas, do País 1, e ainda, por 30% das empresas do País 2. O Método contábil B, também durante o ano um foi escolhido por 40% das empresas do país um e por 70% das empresas do País 2. Diante destes dados, o resultado do *International Index* é de 0,46 como apresentado por Cairns *et al.* (2010, p. 10).

$$T = (0,6 \times 0,3 + 0,4 \times 0,7) = 0,46 \quad (6)$$

O *International Index* igual a 0,46 indica que 46% das empresas entre os dois países fizeram opção pelo mesmo método contábil. No caso do Ano 2, cujo *International Index* é de 60%, verifica-se uma comparabilidade de 60% entre as empresas dos dois países.

Ao criar o *T Index*, o objetivo de Taplin (2004) era desenvolver um índice com o propósito de tentar solucionar as deficiências dos índices até então existentes H, C e I (Taplin, 2004). Por isso, o *T Index* é composto por uma estrutura que permite a escolha de opções para quatro critérios que podem ser observados, sendo eles: 1) ponderação para as empresas do país, 2) foco internacional, 3) políticas contábeis múltiplas e 4) não divulgação. Algumas das opções disponibilizadas originaram-se diretamente da aplicação de índices básicos já existentes e outras foram criadas por Taplin (2010). Essa estrutura pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 - Estrutura do *T Index*

<p>Opções para o <i>T Index</i> de acordo com quatro critérios</p> <p><u>Ponderação Empresa / País</u></p> <p>(1a) Empresas têm peso igual, $b_i = n_i/n$, onde n_i é o número de empresas do país i na amostra e n é o número total de empresas da amostra do país. Isso significa que o país recebe peso proporcional ao número de empresas da amostra de cada país.</p> <p>(1b) Países recebem o mesmo peso, $b_i = 1/N$, onde N é o número de países.</p> <p>(1c) Países são ponderados de acordo com o número da população total de empresas em cada país, $b_i = u_i / \sum_{i=1}^N u_i$, onde u_i é o número total de empresas no país (por exemplo, o número total de empresas listadas na bolsa de valores, ou invés do número de empresas da amostra).</p> <p><u>Foco Internacional</u></p> <p>(2a) geral, $\beta_{ij} = b_i b_j$,</p> <p>(2b) dentro do país, $\beta_{ij} = 0$ se $i \neq j$ e quando $i = j$, $\beta_{ii} = b^2 / \sum_{i=1}^N b^2$</p> <p>(2c) entre países, $\beta_{ij} = b_i b_j / \sum_{i=1}^N \sum_{j \neq i} b_i b_j$ se $i \neq j$, $\beta_{ii} = 0$, onde a soma para j é sobre todos os países de 1 a N, exceto para o país i</p> <p><u>Várias políticas contábeis</u></p> <p>(3a) Múltiplas políticas contábeis não são permitidas, $\alpha_{kl} = 0$ se $k \neq l$</p> <p>(3b) Múltiplas políticas contábeis são permitidas se completamente comparáveis, $\alpha_{kl} = 1$ quando os métodos são completamente comparáveis e $\alpha_{kl} = 0$ quando eles são completamente incomparáveis</p> <p>(3c) Múltiplas políticas contábeis são permitidas com a comparabilidade fracionária, α_{kl} assume um valor de zero (completamente incomparável) a um (completamente comparável)</p> <p><u>Não Divulgação</u></p> <p>Aqui é assumido que a não divulgação é o último método contábil M</p> <p>(4a) Não aplicável, as empresas que não divulgam um método são removidas da amostra,</p> <p>(4b) Comparável a tudo, $\alpha_{KM} = \alpha_{ML} = \alpha_{MM} = 1$ para todos os métodos de contabilidade k e L,</p> <p>(4c) Comparável a nada, $\alpha_{KM} = \alpha_{ML} = \alpha_{MM} = 0$ para todos métodos de contabilidade k e L,</p> <p>(4d) Comparável ao padrão método s, $\alpha_{ks} = \alpha_{KM}$, $\alpha_{sl} = \alpha_{ML}$ para todos k e L.</p>

Fonte: Taplin (2010, p. 78)

Entende-se que o T *Index* permite a combinação das opções disponíveis para o seu cálculo de acordo com o que se quer analisar; por exemplo, fazer uma análise nacional ou entre países com base no critério 2, ou ainda, analisar se as empresas adotam mais de um método contábil ou não de acordo com o critério 3.

Nesse sentido, Taplin explica que o H *Index* é igual ao T *National Index*, ou seja, ao aplicar o T *Index* para um único país, o que está sendo aplicado é o próprio H *Index*. Tal fato se explica pela combinação 1a2a3a4a da Figura 2. Ao optar-se por essa combinação, o que está em análise são as empresas de um único país, que permitem apenas um método contábil, sem peso diferenciado entre as empresas e que excluem da amostra as empresas que não apresentam a devida divulgação, o que caracteriza o Índice H (TAPLIN, 2010).

A Equação 7 do Índice H apresentada por Taplin (2004, p.58) demonstra o mesmo cálculo realizado para obter valor do T *National Index* no estudo de Cairns *et al.* (2010).

$$H = \sum_{k=1}^M (P_k)^2 \quad (7)$$

A Tabela 2 exemplifica o cálculo do Índice H para três períodos com dois métodos contábeis.

Tabela 2 - Exemplo da aplicação do Índice H

Período	Método		H Index
	A	B	
1	0,5	0,5	$0,5^2 + 0,5^2 = 0,50$
2	0,7	0,3	$0,7^2 + 0,3^2 = 0,58$
3	0,9	0,1	$0,9^2 + 0,1^2 = 0,82$

Fonte: Van Der Tas (1988, p. 159)

A quarta coluna da Tabela 2 demonstra a aplicação do índice H, o qual é calculado por meio do quadrado das frequências relativas de cada um dos métodos alternativos, de para um determinado tipo de transação ou evento, aplicado por uma empresa (VAN DER TAS, 1992). Com base na segunda linha da Tabela 2, para o período dois, 70% das empresas optaram pelo Método A, enquanto 30% das empresas optaram pelo Método B. Com esses dados o resultado do índice H foi 0,58, isto significa que, 58% das empresas fizeram opção pelo mesmo método.

Segundo Taplin (2004), a Equação 7 do Índice H origina-se também da equação geral do *T Index* (Equação 4), quando são eliminadas as variáveis responsáveis pela aplicação em mais de um país. A explicação matemática pode ser verificada no Anexo A deste estudo, o qual é um apêndice do estudo de Taplin (2004).

Taplin (2012), desenvolveu um estudo no qual se observa a comparabilidade com base em um conjunto de empresas que encontram-se nas mesmas circunstâncias. Verifica-se que empresas pertencentes a um mesmo setor, por exemplo, apresentam características semelhantes e por isso podem demonstrar maior comparabilidade do que empresas pertencentes a dois setores distintos. Dessa forma, Taplin propõe mensurar a comparabilidade com base em fatores condicionantes. Para essa análise ele denominou-se o *T Index* de *T Index Condicional*.

Foi desenvolvido um estudo com a aplicação do *T Index* por Cairns et al. (2010), que investigaram o uso da mensuração ao valor justo de 228 companhias listadas no Reino Unido e Austrália em torno da adoção das IFRS a partir de janeiro de 2005. Verificou-se que a comparabilidade por meio das escolhas contábeis, ao aplicar o *T Index*, dentro e entre os países, mudou em relação ao uso obrigatório e opcional da mensuração do valor justo. Observou-se o aumento da utilização do valor justo para instrumentos financeiros e pagamento baseado em ações, contribuindo também para aumento da comparabilidade em relação a esses itens.

Parker e Morris (2001) também verificaram a comparabilidade por meio de índices. A pesquisa foi desenvolvida em 40 empresas da Austrália e 40 do Reino Unido, no ano de 1993, sendo observados 11 itens. O índice H foi aplicado para verificação da comparabilidade nacional e o índice C, para a comparabilidade internacional (esses autores utilizaram o Índice C e não o I, por afirmarem que matematicamente o Índice I aplicado para apenas dois países é semelhante ao C). Os resultados apontaram pequena harmonia internacional (dos 11 itens avaliados, apenas três apresentaram valor acima de 0,90, o que foi denominado comparabilidade considerável, enquanto os demais itens apresentaram valor abaixo de 0,75, o que foi denominado pequena comparabilidade). Para a comparabilidade nacional, o estudo apontou uma comparabilidade considerável ou completa (0,90 a 1) para sete itens do Reino Unido e cinco da Austrália.

2.3 Escolhas contábeis

A aplicação do T *Index* se dá em consequência das escolhas contábeis, ou seja, após quantificar as escolhas realizadas pela empresa, dentre as opções permitidas para mensuração de determinado item, é possível efetuar o cálculo e obter o valor do T *Index*. Por isso, nesta seção, é abordado o tema escolhas contábeis. Ressalta-se que não é o foco deste trabalho aprofundar-se nos impactos que as escolhas provocam no resultado das empresas, bem como as motivações que determinaram tais escolhas. Dessa forma, esta seção limita-se a apresentar brevemente algumas teorias identificadas na maioria dos estudos sobre escolhas contábeis.

Escolhas contábeis referem-se a qualquer decisão cujo objetivo é influenciar o resultado da contabilidade, incluindo não apenas as demonstrações contábeis, mas também as declarações de imposto de renda e os relatórios exigidos por lei (FIELDS, *et al.*, 2001).

Ao elaborar e divulgar as demonstrações contábeis ocorre um julgamento que se origina das escolhas contábeis existentes, ou seja, muitas vezes os gestores e/ou controladores das empresas têm opções de escolhas para o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos eventos econômicos (MURCIA; WUERGES, 2011).

Ainda com base em Murcia e Wuerges (2011, p.30), as escolhas contábeis ocorrem nas três etapas do processo contábil, que são:

reconhecimento - escolha de como reconhecer determinado evento econômico ou ainda não reconhecê-lo. Por exemplo, reconhecer um instrumento financeiro como disponível para venda ou mantê-lo até o vencimento; reconhecer ou não um passivo ambiental;

mensuração - escolha de qual método de avaliação utilizar. Por exemplo, utilizar PEPS ou média ponderada para avaliação dos estoques; método linear ou exponencial para calcular a depreciação;

divulgação - escolha de se evidenciar ou não determinada informação de caráter voluntário.

Fields *et al.* (2001, p.4) estabeleceram sua análise sobre as escolhas contábeis em torno de três variáveis que as influenciam em um mercado imperfeito: custos de agência, assimetria da informação e externalidades. Para esses autores, os custos de agências geralmente estão relacionados com questões contratuais

como, por exemplo, remuneração gerencial (de administradores). Para entender os custos de agência é importante o conceito de conflito de agência, que, segundo Jensen e Meckling (2008, p.89), é “um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o(s) principal(is)) emprega uma outra pessoa (agente) para executar em seu nome um serviço que implique a delegação de algum poder de decisão ao agente”. Esses autores afirmam ainda que, no caso das duas partes da relação se comportarem como maximizadoras de utilidade, existem boas razões para acreditar que o agente nem sempre agirá de acordo com os interesses do principal.

Dessa forma, os custos para alinhar ambos os interesses (do agente e do principal) são denominados custos de agência. Sobre esses custos, Martins *et al.* (2012, p.4) explicam que:

o principal pode incorrer em custos de monitoramento para limitar as ações do agente e o agente pode ter incentivos a incorrer em custos de contratação para garantir ao principal que não tomará atitudes que violem seus interesses. Esses custos de contratação e monitoramento são custos de agência.

A assimetria da informação refere-se à relação entre os gestores, bem informados, e os investidores, não tão bem informados (FIELDS *et al.* 2001). Paulo (2007, p.9) corrobora essa afirmação,

de forma mais ampla pode-se considerar que assimetria informacional, normalmente, ocorre quando um determinado agente ou grupo de agentes presentes no ambiente econômico tem melhores informações sobre o potencial econômico do ativo do que um outro agente ou grupo de agentes.

Quanto à variável externalidades, Fields *et al.* (2001) afirmam que elas referem-se às relações contratuais ou não contratuais com terceiros. As implicações de algumas escolhas contábeis para atingir determinadas metas, são consistentes com a ideia de gerenciamento de resultados (FIELDS, *et al.* 2001). No entendimento de Murcia e Wuerges (2011, p. 30) “toda escolha contábil não deixaria de ser uma forma de gerenciamento de resultado”. Os autores justificam tal afirmação ao considerar que as escolhas contábeis são realizadas pelos incentivos econômicos proporcionados aos gestores e controladores. Explicam ainda, que os indivíduos reagem a incentivos econômicos e por isso, suas decisões não são imparciais e sim, tomadas de modo a maximizar seu bem estar.

De acordo com Goulart (2007, p.6) o gerenciamento de resultados pode ser entendido como:

um conjunto de ações intencionais, por parte dos preparadores de demonstrações financeiras, com impactos sobre a representação contábil da entidade, dentro dos limites permitidos pelas normas e padrões contábeis, tendo em vista o atendimento de interesses dos gestores da organização objeto da divulgação financeira.

Martinez (2001, p.12), corrobora esta definição ao afirmar que o gerenciamento dos resultados contábeis “caracteriza-se fundamentalmente como alteração proposital dos resultados contábeis (intencional), visando alcançar, atender motivação particular”.

Estudos como o de Aledo *et al.* (2009) apontam evidências de que determinados fatores podem interferir nas escolhas contábeis realizadas pelas empresas. Nesse estudo, os autores utilizaram uma amostra de 88 empresas que adotaram as IFRS pela primeira vez na Espanha, em 2005. Como resultado, os pesquisadores verificaram que certas características, como tamanho da empresa, empresa de auditoria, setor de atuação e rentabilidade, desempenham importante papel na determinação da escolha contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

Freitas (2011) desenvolveu no Brasil um estudo semelhante ao anterior, ao observar que algumas características das empresas, tais como tamanho, rentabilidade, empresa de auditoria e setor de atuação podem influenciar as escolhas contábeis adotadas pelas empresas. Permitiu-se, assim, explicar quais características influenciaram na utilização ou não do custo atribuído.

Ao se relacionar as IFRS, as escolhas contábeis e a comparabilidade nota-se que a adoção das IFRS implica na utilização de um mesmo conjunto de normas internacionais por todos os países que as adotaram. Dessa forma, as opções de reconhecimento, mensuração e divulgação das práticas contábeis estarão limitadas ao que é estabelecido pelas IFRS. No momento em que é reduzida a quantidade de opções das empresas na aplicação de uma determinada norma, aumenta-se a comparabilidade, tendo em vista que haverá uma maior concentração em determinada escolha. Ao melhorar a comparabilidade das demonstrações reduz-se a

assimetria da informação, pois passa a ser disponibilizada ao usuário demonstrações contábeis mais compreensíveis.

2.4 Apresentação dos itens para aplicação do T *Index*

Para o desenvolvimento deste estudo, foram escolhidos os itens estoques, ativo imobilizado, ativo intangível, ativo biológico e instrumentos financeiros, limitando-se assim, ao estudo do CPC 16/ IAS 2 (Estoques), CPC 27/ IAS 16 (Ativo Imobilizado), CPC 29/ IAS 41 (Ativo Biológico e Produto Agrícola) e CPC 38, CPC 39, CPC 40/ IAS 32, IAS 39 (Instrumentos Financeiros). A opção por estes itens no desenvolvimento da presente pesquisa, justifica-se pela aplicação deles em empresas pertencentes a todos os setores, exceto o item ativo biológico. Ao considerar que a amostra deste estudo contempla empresas de todos os setores, essa escolha aumentaria a probabilidade de tais itens estarem presentes na maioria das demonstrações contábeis, possibilitando assim, a aplicação do T *Index*. Além disso, Cairns, *et al.* (2010) utilizou a maioria desses itens em seu estudo, dessa forma, pode-se considerar que outro autor validou a maioria dos itens que serão observados nessa pesquisa. Ressalta-se, ainda, que para cada um dos itens citados serão observadas as escolhas contábeis referente apenas à mensuração. A opção pelo critério de mensuração deve-se ao fato das escolhas referente à mensuração serem facilmente identificadas nas notas explicativas das empresas.

2.4.1 Ativo Biológico

A IAS 41 Agricultura foi emitida em 2000 e contempla a adoção do valor justo como base de mensuração dos ativos biológicos. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, cujo objetivo é estabelecer o tratamento contábil referente aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.

Tal pronunciamento, em seu item um, explica que sua abrangência se dá sobre os seguintes itens relacionados com as atividades agrícolas: ativos biológicos,

produção agrícola no ponto de colheita e subvenções governamentais. Ressalta-se, em seu item dois, que não deverá ser aplicado para os itens: terras relacionadas com atividades agrícolas, CPC 27 (Ativo Imobilizado), CPC 28 (Propriedade para Investimento) e ainda para ativos intangíveis relacionados com atividades agrícolas com base no CPC 04 (Ativo Intangível).

O CPC 29, em seu item cinco, define ativo biológico como “um animal e/ou uma planta, vivos”. Um ativo biológico deve ser reconhecido por uma entidade somente quando: “a) controla o ativo como resultado de eventos passados, b) for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para entidade e c) o valor justo ou custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente” (FIORAVANTE *et al.*, 2010, p.73).

A mensuração do ativo biológico é explicada nos itens doze e treze do CPC 29.

O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos descritos no item 30, em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.

O produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita. O valor assim atribuído representa o custo, no momento da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, ou outro Pronunciamento aplicável.

O CPC 29 trata, no item trinta, de uma possibilidade do ativo biológico ser mensurado ao custo. Isso poderá acontecer no caso do ativo biológico cujo valor tivesse que ser determinado pelo mercado. No entanto, o mercado pode não ter tal ativo biológico disponível e as alternativas para estimá-lo podem não ser claramente confiáveis. Nesse caso, o ativo deverá ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

2.4.2 Imobilizado

A IAS 16 Propriedade, Instalações e Equipamentos normatiza os procedimentos contábeis para os itens do imobilizado. Com base na IAS 16, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 27,

Ativo Imobilizado. Esse CPC tem vigência para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e também para as demonstrações financeiras de 2009 que deveriam ser divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação (MARTORELLI; MORAES; SALOTTI, 2010).

Com base no CPC 27, item três, este pronunciamento é aplicado na contabilização de ativos imobilizados e não se aplica a: ativos imobilizados classificados como mantidos para venda (CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola (CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola), reconhecimento e mensuração de ativos de exploração e avaliação (CPC 34 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais) e direitos sobre jazidas e reservas minerais.

O CPC 27, em seu item seis, define ativo imobilizado como “item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período”. O critério básico adotado pelo CPC 27, item sete, para reconhecer como ativo o custo de um item de ativo imobilizado é “se e apenas se, for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente”.

O CPC 27 permite dois métodos de mensuração do imobilizado, o método de custo (em seu item trinta) e o método da reavaliação (em seu item 31), conforme descrição a seguir:

Método do custo: Após o reconhecimento como ativo, um item do ativo imobilizado deve ser apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Método da reavaliação: Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não apresente divergência relevante em relação ao seu valor justo na data do balanço.

No caso da escolha pelo método da reavaliação como política contábil, esse deve ser aplicado a toda a classe à qual pertença o ativo.

O CPC 27 determina, em seu item 29, que a opção pelo método da reavaliação só se dará quando este for permitido por lei. No Brasil, a Lei nº 11.638/07 excluiu a possibilidade dada anteriormente pela Lei nº 6.404/76 de as empresas efetuarem a reavaliação do ativo imobilizado. Assim, a Interpretação Técnica (ICPC) 10 prevê que, na adoção do CPC 27 (Ativo Imobilizado), seja adotado o custo atribuído (*deemed cost*), conforme seu item 22.

Essa opção é aplicável apenas e tão somente na adoção inicial, não sendo admitida revisão da opção em períodos subsequentes ao da adoção inicial. Consequentemente, esse procedimento específico não significa a adoção da prática contábil da reavaliação de bens apresentada no próprio Pronunciamento Técnico CPC 27. A previsão de atribuição de custo na adoção inicial (*deemed cost*) está em linha com o contido nas normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8). Se realizada reavaliação do imobilizado anteriormente, enquanto legalmente permitida, e substancialmente representativa ainda do valor justo, podem seus valores ser admitidos como custo atribuído.

2.4.3 Ativo Intangível

Em 1998 foi emitida a IAS 38 Ativos Intangíveis, que determina o tratamento a ser seguido no reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 04 R1 – Ativo Intangível, cujo objetivo é definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis, além de especificar como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis.

O CPC 04 R1, em seu item dois, explica que sua aplicação se dá à contabilização de ativos intangíveis, exceto para: ativos financeiros, conforme definidos no Pronunciamento Técnico CPC 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); no reconhecimento e mensuração de ativos advindos da exploração e avaliação de Recursos Minerais CPC 34 (Exploração e Avaliação de Recursos Minerais) e gastos com desenvolvimento e extração de minerais, óleo, gás natural e recursos naturais não renováveis similares.

Com base no CPC 04 R1, em seu item seis, ativo intangível é “um ativo não monetário identificável sem substância física”. Para um item ser reconhecido como ativo intangível, além de ele atender às condições na sua própria definição, deverá

também atender a dois critérios: a provável geração de benefícios econômicos futuros ativos que deverão fluir para a entidade e a mensuração confiável dos custos do ativo (LEMES; CARVALHO, 2010).

De acordo com o CPC 04 R1, após reconhecimento inicial, o ativo intangível pode ser mensurado por meio de duas opções: o método de custo (de acordo com seu item 74) e a reavaliação (de acordo com seu item 75), desde que o método da reavaliação não esteja restringido por lei ou norma legal regularmente estabelecida. Sobre esses métodos, define-se que:

Método de custo: Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada.

Método de reavaliação: Após o seu reconhecimento inicial, se permitido legalmente, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação. Para efeitos de reavaliação nos termos do presente Pronunciamento, o valor justo deve ser apurado em relação a um mercado ativo. A reavaliação deve ser realizada regularmente para que, na data do balanço, o valor contábil do ativo não apresente divergências relevantes em relação ao seu valor justo.

Após a Lei nº 11.638 /07, não é aplicada a reavaliação no Brasil. O Pronunciamento Contábil CPC 37 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) no seu item 31, também não permite a aplicação do custo atribuído para ativos intangíveis

2.4.4 Estoques

A IAS 2 Estoques, emitida em 1993, tem por objetivo determinar o tratamento contábil para os estoques das empresas. Com base na IAS 2, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu em 8 de maio de 2009 o Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques. Tal pronunciamento teve vigência nos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e também nas demonstrações financeiras de 2009, que deveriam ser divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação, como é determinado pela NPC 12 do IBRACON e Deliberação 506 da CVM (NAVARRETE; BESTECHER; GUERREIRO, 2010).

De acordo com o CPC 16 R1, no item dois, explica que este pronunciamento é aplicado a todos os estoques, exceto: produção em andamento proveniente de

contratos de construção (CPC 17 - Contratos de Construção); instrumentos financeiros (CPC 38 e CPC 39 - Instrumentos Financeiros) e ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e o produto agrícola no ponto de colheita (CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola).

Semelhante a IAS 2, o CPC 16, no item seis, define estoques como ativos: “(a) mantidos para venda no curso normal dos negócios; (b) em processo de produção para venda; ou (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços”.

Ao analisar as citadas normas percebe-se que, para mensurar o estoque, duas práticas contábeis podem ser utilizadas: o valor de custo histórico e o valor realizável líquido. É importante ressaltar o conceito de valor realizável líquido, que é “o preço de venda esperado no decurso normal dos negócios subtraindo deste os custos projetados para finalizar o produto e realizar a venda” (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 32).

2.4.5 Instrumentos Financeiros

As normas internacionais responsáveis por normatizar os instrumentos financeiros são a IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação.

No Brasil, os pronunciamentos técnicos responsáveis por normatizar os instrumentos financeiros são: CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; e CPC40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

O CPC 38 tem por objetivo estabelecer princípios para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros. O objetivo do CPC 39 é estabelecer princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivo ou patrimônio líquido e para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. O CPC 40 apresenta como objetivo a exigência para que a entidade divulgue, em suas demonstrações

contábeis, aquilo que possibilita aos usuários avaliar a significância do instrumento financeiro para a posição patrimonial e financeira e para o desempenho da entidade. Além disso, devem ser divulgadas a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros a que a entidade está exposta durante o período e ao fim do período contábil.

A definição de Instrumento Financeiro é apresentada no CPC 39, item onze, o qual o define como “qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade”.

O CPC 38, em seu item nove, define as categorias de instrumentos financeiros para fins de mensuração que são:

Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é um ativo financeiro ou um passivo financeiro que satisfaz qualquer das seguintes condições:

(a) é classificado como mantido para negociação.

(b) no momento do reconhecimento inicial ele é designado pela entidade pelo valor justo por meio do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Com base no CPC 38, em seu item 45, esclarece que após reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros podem ser mensurados da seguinte forma:

- (a) Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: mensurado pelo valor justo;
- (b) Investimentos mantidos até o vencimento: mensurados pelo custo amortizado;
- (c) Empréstimos e recebíveis: mensurados pelo custo amortizado;
- (d) Ativos financeiros disponíveis para venda: mensurado pelo valor justo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Beuren *et al.* (2004, p.54) afirmam que “o rigor científico da pesquisa e a qualidade dos resultados do estudo dependem da correta definição dos métodos e procedimentos a serem adotados para a observação e coleta dos dados, a mensuração das variáveis e as técnicas de análises dos dados”. Ainda com base nesses autores, a correta e detalhada descrição da metodologia aplicada é fundamental a fim de possibilitar que outros pesquisadores possam replicar o estudo com base em outras observações.

Dessa forma, este capítulo tem o propósito de caracterizar o presente estudo quanto à classificação, métodos e técnicas da pesquisa e ainda explicar como a pesquisa foi desenvolvida.

3.1 Classificação, métodos e técnicas da pesquisa

Este estudo, quanto à natureza, pode ser classificado como pesquisa aplicada, que, conforme Gil (2006, p.17), “decorre do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz”.

A tipologia de pesquisa aqui utilizada foi a descritiva, visto que um de seus objetivos é a descrição de características de determinada população ou fenômeno, além do emprego de técnicas de coleta de dados (BEUREN, 2004; GIL, 2006).

Com base nos procedimentos metodológicos, classifica-se o estudo como pesquisa documental, por se caracterizar pela utilização de documentos como fonte de dados, informações e evidências (MARTINS;THEÓPHILO, 2007).

Ao observar a abordagem do problema, define-se como quantitativa, pois, segundo Martins e Theóphilo (2007, p.103), avaliação quantitativa é “organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”.

Os dados para aplicação de ambos os índices foram coletados por meio das notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social de 2010, das empresas pertencentes ao IBRX (Índice Brasil) elaborado pela BM&FBOVESPA referente a agosto de 2012. Com base no quadro de reconciliação do LL e do PL referente à 2009 divulgado nas notas de 2010

aplicou-se o índice de Gray e de acordo com as notas explicativas de 2010 aplicou-se o Índice de Taplin.

3.2 Amostra da pesquisa

Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa foi definida uma amostra a partir de uma população constituída de todas as sociedades anônimas de capital aberto, com demonstrações financeiras anuais divulgadas na BM&FBOVESPA. A amostra em estudo compreende as companhias pertencentes ao índice IBrX, que, segundo a BM&FBOVESPA (2012, p.3), “é um índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por cem ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA, em termos de números de negócios e volume financeiro”.

Ressalta-se que a amostra estudada é caracterizada como uma amostragem não-probabilística ou não aleatória. Com base em Fávero *et al.* (2009, p.99), em estudos com métodos de amostragem não probabilísticas “as amostras são obtidas de forma não aleatória, ou seja, a probabilidade de cada elemento da população fazer parte da amostra não é igual e, portanto, as amostras selecionadas não são igualmente prováveis”. Ainda de acordo com esses autores, uma desvantagem de utilizar este tipo de amostra é a possibilidade de não serem escolhidas algumas unidades do universo, ocorrendo assim um viés na pesquisa, o que colocaria em dúvida o grau de confiança a ser inferido para população no que se refere às conclusões obtidas no estudo (FÁVERO *et al.*, 2009).

A escolha pelo índice IBrX justifica-se por dois motivos, sendo um deles o fato de o índice apresentar, em sua composição, empresas de todos os setores econômicos. O segundo motivo determinante para a escolha foi a representatividade no mercado de capitais das empresas pertencentes ao índice IBrX. Essa representatividade é explicada pelos dois critérios a que as ações de uma companhia tiveram que atender cumulativamente para pertencer ao índice. O primeiro deles é estar entre as cem melhores ações classificadas quanto ao seu índice de negociabilidade (apurados nos doze meses anteriores à reavaliação) e o segundo é ter sido negociada em pelo menos 70% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores à formação da carteira.

Quadro 2 - Carteira Teórica do IBrX 100 em agosto de 2012

Código	Ação	Tipo	Código	Ação	Tipo
AEDU3	ANHANGUERA	ON NM	ITUB4	ITAUNIBANCO	PN EDJ N1
ALLL3	ALL AMER LAT	ON NM	JBSS3	JBS	ON NM
AMBV4	AMBEV	PN	KLBN4	KLABIN S/A	PN N1
AMIL3	AMIL	ON NM	LAME4	LOJAS AMERIC	PN
BBAS3	BRASIL	ON NM	LIGT3	LIGHT S/A	ON NM
BBDC3	BRADESCO	ON EJ N1	LLXL3	LLX LOG	ON NM
BBDC4	BRADESCO	PN EJ N1	LREN3	LOJAS RENNER	ON NM
BBRK3	BR BROKERS	ON NM	MGLU3	MAGAZ LUIZA	ON NM
BISA3	BROOKFIELD	ON NM	MMXM3	MMX MINER	ON NM
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	MPLU3	MULTIPLUS	ON NM
BRFS3	BRF FOODS	ON NM	MPXE3	MPX ENERGIA	ON NM
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	MRFG3	MARFRIG	ON NM
BRML3	BR MALLS PAR	ON NM	MRVE3	MRV	ON NM
BRPR3	BR PROPERT	ON NM	MULT3	MULTIPLAN	ON N2
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	MYPK3	IOCHP-MAXION	ON NM
BTOW3	B2W VAREJO	ON NM	NATU3	NATURA	ON EDJ NM
BVMF3	BMFBOVESPA	ON NM	ODPV3	ODONTOPREV OGX	ON NM
CCRO3	CCR SA	ON NM	OGXP3	PETROLEO	ON NM
CCXC3	CCX CARVAO	ON NM	OIBR3	OI	ON
CESP6	CESP	PNB EJ N1	OIBR4	OI	PN
CIEL3	CIELO	ON NM	OSXB3	OSX BRASIL	ON NM
CMIG4	CEMIG	PN N1	PCAR4	P.ACUCAR-CBD	PN ED N1
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	PDGR3	PDG REALT	ON NM
CPLE6	COPEL	PNB N1	PETR3	PETROBRAS	ON
CRUZ3	SOUZA CRUZ	ON	PETR4	PETROBRAS	PN
CSAN3	COSAN	ON ED NM	POMO4	MARCOPOLO PORTO	PN N2
CSMG3	COPASA	ON I12 NM	PSSA3	SEGURO	ON NM
CSNA3	SID NACIONAL	ON	QGEP3	QGEP PART	ON NM
CTIP3	CETIP	ON NM	RADL3	RAIADROGASIL	ON NM
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	RAPT4	RANDON PART	PN N1
DASA3	DASA	ON NM	RDCD3	REDECARD	ON NM
DTEX3	DURATEX	ON NM	RENT3	LOCALIZA	ON NM
ECOR3	ECORODOVIAS	ON NM	RPMG3	PET MANGUINH	ON
ELET3	ELETROBRAS	ON N1	RSID3	ROSSI RESID SANTANDER	ON NM
ELET6	ELETROBRAS	PNB N1	SANB11	BR	UNT N2
ELPL4	ELETROPAULO	PN N2	SBSP3	SABESP	ON NM
EMBR3	EMBRAER	ON NM	SULA11	SUL AMERICA SUZANO	UNT ED N2
ENBR3	ENERGIAS BR	ON NM	SUZB5	PAPEL	PNA INT N1
EVEN3	EVEN	ON NM	TBLE3	TRACTEBEL	ON NM
EZTC3	EZTEC	ON NM	TCSA3	TECNISA	ON NM
FIBR3	FIBRIA	ON NM	TIMP3	TIM PART S/A	ON NM
GETI4	AES TIETE	PN ED	TOTS3	TOTVS	ON NM
GFA3	GAFISA	ON NM	TRPL4	TRAN PAULIST	PN N1
GGBR4	GERDAU	PN N1	UGPA3	ULTRAPAR	ON ED NM
GOLL4	GOL	PN N2	USIM3	USIMINAS	ON N1
HGTX3	CIA HERING HRT	ON NM	USIM5	USIMINAS	PNA N1
H RTP3	PETROLEO	ON NM	VAGR3	V-AGRO	ON NM
HYPE3	HYPERMARCAS	ON NM	VALE3	VALE	ON N1
IGTA3	IGUATEMI	ON NM	VALE5	VALE	PNA N1
ITSA4	ITAUSA	PN N1	VIVT4	TELEF BRASIL	PN

Fonte: BM&FBOVESPA em agosto de 2012

A amostra inicial deste estudo foi composta pela carteira teórica do IBrX de agosto de 2012, a qual constitui-se das empresas que representam as cem ações entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA, como apresentado no Quadro 2.

Os dados foram coletados nas notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, divulgadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, disponíveis no sítio da BM&FBOVESPA. Ressalta-se que a opção pelo ano de 2010 deve-se ao CPC 43 - R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), que determina que a segunda etapa do processo de convergência ocorresse em 2010, com a adoção obrigatória das IFRS e efeito retroativo para o ano de 2009 para fins comparativos. Desse modo, as demonstrações de 2009 foram reapresentadas pelas empresas que divulgaram as informações em BRGAAP e CPC/IFRS por meio de um quadro de reconciliação, o que permitiu o cálculo do Índice de Gray para 2009. Além disso, as notas explicativas referentes ao ano de 2010 permitiram a identificação das escolhas contábeis adotadas pelas empresas e, por consequência, a aplicação do *T Index*.

De acordo com as informações evidenciadas no Quadro 2, as empresas Bradesco, Eletrobrás, Oi, Petrobrás, Usiminas e Vale são responsáveis por mais de um tipo de ação. Dessa maneira, 94 empresas constituem a amostra inicial deste estudo, de acordo com os setores econômicos, demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3 - Composição da amostra inicial segmentada por setor

Setores	Nº de Empresas
1 Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7
2 Materiais Básicos	11
3 Bens industriais	4
4 Construção e Engenharia	10
5 Transporte	5
6 Consumo Não Cíclico	13
7 Consumo Cíclico	8
8 Tecnologia da Informação	1
9 Telecomunicações	3
10 Utilidade Pública	14
11 Financeiro	18
Total	94

Fonte: A autora (2013)

Para o desenvolvimento desta pesquisa, dois índices foram aplicados com o intuito de verificar o nível de comparabilidade das informações geradas pelas

empresas, que são: o Índice de Gray e o *T Index*.

Assim, as empresas mencionadas na Tabela 3 teriam que apresentar os requisitos necessários para a aplicação de ambos os índices, caso contrário, tal companhia seria excluída da amostra, delimitando-se assim a amostra válida. Todas as empresas apresentavam as informações necessárias para a aplicação do *T Index*. Porém, nem todas apresentavam as informações necessárias para a aplicação do Índice de Gray, sendo essas informações as responsáveis pela delimitação da amostra.

Para a aplicação do Índice de Gray, o requisito observado nas notas explicativas foi a presença do quadro de reconciliação, o qual evidencia os ajustes realizados para o lucro líquido e o patrimônio líquido dos valores em BRGAAP e CPC/IFRS.

Do total de 94 empresas, 29 foram excluídas, pois não apresentavam informações sobre a reconciliação que permitissem a aplicação do Índice de Gray. Assim, a amostra válida para este estudo foi delimitada por 65 empresas, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Informações sobre a amostra

Setores	Quantidade Empresas	Com informações LL e PL	Qde empresas amostra válida	%
1 Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	4	4	6,15
2 Materiais Básicos	11	9	9	13,85
3 Bens Industriais	4	1	1	1,54
4 Construção e Engenharia	10	4	4	6,15
5 Transporte	5	4	4	6,15
6 Consumo Não-Cíclico	13	7	7	10,77
7 Consumo Cíclico	8	7	7	10,77
8 Tecnologia da Informação	1	1	1	1,54
9 Telecomunicações	3	3	3	4,62
10 Utilidade Pública	14	13	13	20,00
11 Financeiro	18	12	12	18,46
Total de Empresas Consultadas	94	65	65	100%

Fonte: A autora (2013)

As empresas da amostra pertencentes a cada setor estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Empresas da amostra por setor

SETORES	EMPRESAS	
SETOR 1: PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS	HRT PETRÓLEO OGX PETRÓLEO	PETROBRÁS V-AGRO
SETOR 2: MATERIAIS BÁSICOS	BRASKEN DURATEX FIBRIA KLABIN MMX MINER	SID NACIONAL SUZANO PAPEL USIMINAS VALE
SETOR 3: BENS INDUSTRIAIS	RANDON PART	
SETOR 4: CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA	BROOKFIELD GAFISA	MRV ROSSI RESIDENCIAL
SETOR 5: TRANSPORTE	ALL AMER LAT CCR	GOL LLX LOG
SETOR 6: CONSUMO NÃO CÍCLICO	AMBEV AMIL BR FOODS HYPERMARCAS	JBS ODONTOPREV PÃO DE AÇÚCAR
SETOR 7: CONSUMO CÍCLICO	ANHANGUERA B2W VAREJO CIA HERING LOCALIZA	LOJAS AMERICANAS LOJAS RENNER MAGAZINE LUIZA
SETOR 8: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TOTVS	
SETOR 9: TELECOMUNICAÇÕES	BRASIL TELECOM TELEFÔNICA	TIM
SETOR 10: UTILIDADE PÚBLICA	AES TIETE CEMIG CESP COPEL CPFL ENERGIA ELETROBRAS ELETROPAULO	ENERGIAS BER LIGHT MPX ENERGIA SABESP TRACTEBEL TRAN PAULIST
SETOR 11: FINANCEIRO	BANCO BRASIL BMF BOVESPA BR MALLS Br PROPERT BRADESCO BRADESPAR	CIELO ITAUSA MULTIPLAN PORTO SEGURO SANTANDER ULTRAPAR

Fonte: A autora (2013)

A amostra válida definida é constituída de 65 empresas que representam 23,90% do PL da população e 18,53% do ativo total da população. Do PL total da população de R\$ 3.159.474.130,00 o valor de R\$ 755.266.404,00 corresponde ao PL da amostra. Com relação ao ativo total o valor de R\$ 3.414.788.285,00 refere-se ao ativo total da amostra e o valor do ativo total da população é equivalente a R\$18.433.210.700,00. Os dados que se referem a valor de PL e Ativo Total foram obtidos na base de dados Economática®.

3.3 Instrumentos de comparabilidade utilizados na pesquisa

Dois instrumentos para medir a comparabilidade das normas contábeis em BRGAAP e IFRS foram utilizados nesta pesquisa, como já mencionado. Um deles é o Índice de Gray, o qual será aplicado por meio das equações (2) e (3) com base nos valores de LL e PL nos dois padrões contábeis, extraídos dos quadros de reconciliação de LL e PL de 2009, que foram apresentados nas notas explicativas de 2010.

O outro instrumento, é o Índice de Taplin (*T Index*) calculado com base nas escolhas contábeis realizadas pelas empresas da amostra, de acordo com as notas explicativas do ano de 2010. Destaca-se que o presente estudo avaliará a comparabilidade em um único país (Brasil). Vale ressaltar que de acordo com a literatura, este estudo utilizou em dos índices mais simples de comparabilidade, o Índice de Gray bem como um dos índices mais completos, o Índice de Taplin.

Para melhor entendimento da metodologia utilizada para identificação das escolhas contábeis realizadas pelas empresas, o Quadro 4 apresenta um resumo geral das escolhas contábeis que poderiam ser realizadas pelas empresas para mensuração dos itens em estudo: estoques, ativo imobilizado, ativo intangível, ativo biológico e instrumentos financeiros.

Quadro 4 - Resumo das opções de mensuração para os itens estudados

Itens	Opções
Estoques - IAS 2 - CPC 16	Custo Histórico Valor Realizável Líquido Não Divulgado / Não Aplicável
Ativo Imobilizado - IAS 16 - CPC 27	Custo Histórico Custo Atribuído Reavaliação Não Divulgado/ Não Aplicável
Ativo Intangível - IAS 38 - CPC 04	Custo Histórico Custo Atribuído Reavaliação Não Divulgado/ Não Aplicável
Ativo Biológico - IAS 41 - CPC 29	Custo Histórico Valor Justo Não Divulgado/ Não Aplicável
Instrumentos Financeiros - IAS 32 e IAS 39 - CPC 38, CPC 39 e CPC 40	
Mantidos para negociação	Valor justo Custo Amortizado Não Divulgado/ Não Aplicável
Mantidos até o vencimento	Valor justo Custo Amortizado Não Divulgado/ Não Aplicável
Empréstimos e recebíveis	Valor justo Custo Amortizado Não Divulgado/ Não Aplicável
Disponíveis para venda	Valor justo Custo Amortizado Não Divulgado/ Não Aplicável

Fonte: A autora (2013)

Para o levantamento das escolhas realizadas pelas empresas da amostra foi utilizado o roteiro disponível no Apêndice B, com base nas escolhas contábeis apresentadas no Quadro 4. Observa-se que, no ativo imobilizado existe a opção de reavaliação, no intangível as opções de reavaliação e custo atribuído. Adicionalmente, nas categorias de instrumentos financeiros existem as opções de valor justo e custo amortizado para todas elas. Estas opções não são permitidas com base nos pronunciamentos contábeis em vigor no Brasil, como foi explicado na seção 2.4 da revisão bibliográfica. No entanto, elas foram incluídas no roteiro utilizado na pesquisa, tendo em vista que são opções permitidas de acordo com as

IFRS e poderia ser identificada alguma empresa com opção para uma dessas escolhas. Por isso, a inclusão no roteiro dessas escolhas, pois caso alguma empresa fizesse opção por alguma delas, tal informação não seria ignorada pela pesquisa. Ao considerar as escolhas elencadas no Quadro 4 para cada um dos itens, podem surgir questionamentos do tipo, as opções apresentadas são mesmo escolhas contábeis? Por isso, torna-se importante ressaltar que com base nos critérios adotados pela autora de considerar os CPCs e as IFRS, estas foram as escolhas consideradas neste estudo.

3.4 Coleta dos dados para o cálculo dos índices

Para que os objetivos deste estudo fossem alcançados, algumas etapas para o tratamento dos dados foram seguidas, permitindo, assim, os cálculos dos índices propostos.

Para o cálculo do Índice de Gray, as etapas foram:

- a) leitura das notas explicativas de 2010, para identificação dos valores do LL e PL disponíveis nos quadros de reconciliação de PL e LL para o ano de 2009;
- b) tabulação dos valores identificados para LL e o PL em BR GAAP e IFRS para o ano de 2009;
- c) cálculo do índice de comparabilidade para o LL e o PL com a utilização de planilha eletrônica de acordo com as fórmulas (2) e (3), apresentadas na seção 2.2.1 deste estudo (conforme Apêndice A);
- d) tabulação do resultado do IC para LL e PL (conforme Tabela 5).

Para o cálculo do T *Index*, as etapas seguidas foram:

- a) delimitação dos itens que seriam estudados (ativo imobilizado, ativo intangível, ativo biológico, estoques e instrumentos financeiros), bem como das escolhas contábeis permitidas para cada um dos itens, com base nos pronunciamentos contábeis adotados no Brasil e nas IFRS;

- b) leitura das notas explicativas de 2010 para identificação da escolha contábil realizada pela empresa para cada um dos itens estudados, com a utilização do roteiro disponível no Apêndice B;
- c) tabulação dos dados identificados para o cálculo do *National Index* (conforme Apêndice C);
- d) cálculo do *National Index* para cada um dos itens, com a utilização de planilha eletrônica;
- e) cálculo do *National Index* para cada um dos itens por setor.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

De acordo com as etapas descritas na seção 1.5 do presente estudo, este capítulo contemplará os resultados obtidos para a comparabilidade do LL e PL, por meio da aplicação do Índice de Gray e dos itens ativo biológico, ativo imobilizado, ativo intangível, estoques e instrumentos financeiros por meio da aplicação do *T Index*.

4.1 Resultados da aplicação do Índice de Gray

Após a identificação dos valores do LL e do PL nos quadros de reconciliação em BRGAAP e CPC/IFRS, foram calculados os Índices de Gray. O cálculo foi realizado de acordo com a equação 2 para o Índice de Comparabilidade do Lucro Líquido (IC_{LL}) e com a equação 3 para o Índice de Comparabilidade do Patrimônio Líquido (IC_{PL}), apresentadas na seção 2.2.1 deste estudo, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Valores do Índice de Gray para o LL e PL

Valor do Índice de Gray para LL e PL		
Setor 1: Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PL	LL
HRT PETRÓLEO	1,00	-1,75
OGX PETRÓLEO	1,00	2,11
PETROBRÁS	0,97	0,95
V-AGRO	1,08	-0,54
Setor 2: Materiais Básicos	PL	LL
BRASKEN	0,92	1,93
DURATEX	0,74	0,99
FIBRIA	0,67	0,47
KLABIN S/A	0,51	1,96
MMX MINER	1,25	0,84
SID NACIONAL	0,82	0,99
SUZANO PAPEL	0,56	0,93
USIMINAS	1,01	0,97
VALE	1,01	1,01
Setor 3: Bens Industriais	PL	LL
RANDON PART	0,64	1,03
Setor 4: Construção e Engenharia	PL	LL
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES AS	1,00	1,00
GAFISA	0,98	2,10
MRV	0,95	0,93

(Continua)

(Continuação)

Setor 5: Transporte	PL	LL
ALL AMER LAT	1,06	0,91
CCR	0,86	0,89
GOL	1,09	0,96
LLX LOG	0,98	-1,23
Setor 6: Consumo não Cíclico	PL	LL
AMBEV	0,87	1,00
AMIL	0,78	1,01
BRF FOODS	1,01	0,98
HYPERMARCAS	1,01	1,07
JBS	0,87	0,59
ODONTOPREV	0,90	0,70
PÃO DE ACÚCAR CBD	1,00	1,00
Setor 7: Consumo Cíclico	PL	LL
ANHANGUERA	0,97	1,10
B2W VAREJO	1,28	0,77
CIA HERING	0,86	0,83
LOCALIZA	0,86	0,93
LOJAS AMERICANAS	1,49	0,86
LOJAS RENNEN	0,90	1,00
MAGAZINE LUIZA	3,67	1,12
Setor 8: Tecnologia da Informação	PL	LL
TOTVS	0,93	0,98
Setor 9: Telecomunicações	PL	LL
BRASIL TELECOMUNICAÇÕES - OI	1,12	0,88
TELEFÔNICA	0,89	0,99
TIM PARTICIPAÇÕES AS	0,97	0,63
Setor 10: Utilidade Pública	PL	LL
AES TIETE	0,25	1,10
CEMIG	1,26	0,44
CESP	0,80	1,59
COPEL	0,84	1,29
CPFL ENERGIA	0,79	0,77
ELETROBRAS	1,25	0,64
ELETROPAULO	0,88	0,92
ENERGIAS BR	0,95	0,90
LIGHT AS	0,81	1,03
MPX ENERGIA	1,02	1,30
SABESP	1,25	0,91
TRACTEBEL	0,83	1,04
TRAN PAULIST	0,90	0,96
Setor 11: Financeiro	PL	LL
BANCO BRASIL	0,89	0,75
BMF BOVESPA	1,02	1,00

(Continua)

(Conclusão)

Setor 11: Financeiro	PL	LL
BR MALLS	1,00	1,00
BR PROPERT	0,78	0,17
BRDESCO	0,95	0,97
BRADSPAR	0,92	0,99
CIELO	1,00	1,00
ITAUSA	0,77	0,83
MULTIPLAN	1,00	1,05
PORTO SEGURO	0,77	1,03
SANTANDER	0,93	0,33
ULTRAPAR	1,00	1,06

Fonte: A autora (2013)

Antes de categorizar as empresas como comparáveis e não comparáveis é importante ressaltar o entendimento dos resultados do índice. Como mencionado, o objetivo do Índice de Comparabilidade é mensurar o impacto da adoção de normas de diferentes padrões contábeis para a mesma empresa (WEETMAN *et al.*, 1998). Dessa forma, em essência, seu resultado indicará se o valor do LL e do PL aumentou ou diminuiu ao alterar o padrão contábil de BR GAAP para CPC/IFRS. Assim, quando o resultado do índice é maior que um, significa que o LL ou PL apurado de acordo com BRGAAP é maior que o demonstrado em CPC/IFRS. No caso do resultado do índice ser menor que um, indica que o LL ou PL em BR GAAP é menor do que o demonstrado em CPC/IFRS. Por fim, quando o resultado apresenta-se igual a um é sinônimo de neutralidade, ou seja, que os números comparados são idênticos.

A Tabela 6 fornece informações que podem possibilitar um melhor entendimento dos resultados dos índices para o LL. Por meio dela é possível visualizar os valores do LL em BRGAAP e CPC/IFRS, se estes aumentaram (A) ou diminuiram (D) conforme a letra utilizada na quinta coluna, bem como o montante de ajustes realizados e o IC para cada empresa.

Tabela 6 – Demonstração da origem do IC_{LL} (Valores em milhares de reais)

SETOR 1						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
HRT PARTICIPAÇÕES	-47.346	-12.635	34.711	A	73,31	-1,75
OGX PETRÓLEO	10.829	-100.626	-111.455	D	1.029,23	2,11
PETROBRÁS	31.735	33.344	1.609	A	5,07	0,95
V AGRO	-88.493	-34.878	53.615	A	60,59	-0,54
SETOR 2						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
BRASKEM	767.792	398.491	-369.301	D	48,10	1,93
DURATEX	179.757	181.087	1.330	A	0,74	0,99
FIBRIA	1.218.296	2.589.470	1.371.174	A	112,55	0,47
KAPLIN	335.862	171.741	-164.121	D	48,87	1,96
MMX MINER	-214.147	-185.138	29.009	A	13,55	0,84
SID NACIONAL	2.588.217	2.615.181	26.964	A	1,04	0,99
SUZANO PAPEL	877.932	946.521	68.589	A	7,81	0,93
USIMINAS	1.238.530	1.275.455	36.925	A	2,98	0,97
VALE	10.417	10.505	88	A	0,84	1,01
SETOR 3						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
RANDON	138.950	135.158	-3.792	D	2,73	1,03
SETOR 4						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
BROOKFIELD	201.887	201.887	0	-	0,00	1,00
GAFISA	213.540	101.740	-111.800	D	52,36	2,10
MRV	347.422	374.066	26.644	A	7,67	0,93
ROSSI	218.099	203.563	-14.536	D	6,66	1,07
SETOR 5						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
GOL	858.466	890.832	32.366	A	3,77	0,96
ALL AMÉRICA	31.653	34.748	3.095	A	9,78	0,91
CCR	641.873	718.313	76.440	A	11,91	0,89
LLX	-56.980	46.196	103.176	A	181,07	-1,23
SETOR 6						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
AMBEV	5.959.937	5.986.050	26.113	A	0,44	1,00
AMIL	103.375	102.731	-644	D	0,62	1,01
HYPERMARCAS	313.373	292.106	-21.267	D	6,79	1,07
JBS	129.424	220.710	91.286	A	70,53	0,59
ODONTOPREV	58.976	83.892	24.916	A	42,25	0,70
PÃO DE ACUCAR	605.349	606.039	690	A	0,11	1,00
SETOR 7						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
AMERICANAS	152.028	176.095	24.067	A	15,83	0,86

(Continua)

(Conclusão)

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
BW2 VAREJO	47.609	62.015	14.406	A	30,26	0,77
HERING	114.554	137.529	22.975	A	20,06	0,83
LOCALIZA	102.030	109.226	7.196	A	7,05	0,93
MAGAZINE LUIZA	-81.521	-92.707	-11.186	D	13,72	1,12
RENNER	189.589	189.589	0	-	0,00	1,00

SETOR 8

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
TOTVS	120.296	122.896	2.600	A	2,16	0,98

SETOR 9

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
BRASIL TELECOM	-1.140.689	-1.019.311	121.378	A	10,64	0,88
TELEFONICA	2.172.973	2.204.089	31.116	A	1,43	0,99
TIM	214.893	341.373	126.480	A	58,86	0,63

SETOR 10

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
AES TIETE	780.235	706.163	-74.072	D	9,49	1,10
CEMIG	338.226	776.214	437.988	A	129,50	0,44
CESP	762.713	478.536	-284.177	D	37,26	1,59
COPEL	1.049.902	812.278	-237.624	D	22,63	1,29
CPFL ENERGIA	1.301.082	1.688.868	387.786	A	29,80	0,77
ELETRORBRAS	11.051	17.199	6.148	A	55,63	0,64
ELETROPAULO	1.063.194	1.156.526	93.332	A	8,78	0,92
ENEGIAS BR	625.137	695.695	70.558	A	11,29	0,90
LIGHT	604.831	588.804	-16.027	D	2,65	1,03
MPX ENERGIA	-147.392	-209.984	-62.592	D	42,47	1,30
SABESP	1.373.879	1.507.747	133.868	A	9,74	0,91
TRACTEBEL	1.134.398	1.090.867	-43.531	D	3,84	1,04
TRAN PAULIST	828.019	861.975	33.956	A	4,10	0,96

SETOR 11

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
BANCO BRASIL	10.147.522	13.479.390	3.331.868	A	32,83	0,75
BMF&BOVESPA	881.050	882.069	1.019	A	0,12	1,00
BR MALLS	1.090.893	1.091.511	618	A	0,06	1,00
BRADERSCO	8.036.991	8.300.843	263.852	A	3,28	0,97
BRADERPAR	963	972	9	A	0,93	0,99
CIELO	1.533.794	1.533.794	0	-	0,00	1,00
ITAÚSA	3.930	4.748	818	A	20,81	0,83
MULTIPLAN	171.448	163.339	-8.109	D	4,73	1,05
PORTO SEGURO	328.416	318.286	-10.130	D	3,08	1,03
SANTANDER	1.805.899	5.507.964	3.702.065	A	205,00	0,33
ULTRAPAR	466.748	440.741	-26.007	D	5,57	1,06

Fonte: A autora (2013)

Como pode ser visualizado na Tabela 6 para a empresa HRT o valor do IC_{LL} é de -1,75. Isso se deu em função dos prejuízos de R\$ 47.346,00 em BRGAAP e de R\$12.635,00 em CPC/IFRS. Ocorreu para esta empresa ajustes no montante de R\$ 34.711,00, o que corresponde a 73,31% de ajuste. Neste caso, o valor em BRGAAP (-47.346) é menor que o valor em CPC/IFRS (-12.635) e por isso, o índice é menor que um (-1,75). O que justifica o valor IC_{LL} ser negativo é a alta variação entre os valores do LL (73,31%), resultando num índice bem menor que um, sendo nesta situação até mesmo menor que zero.

Observa-se outro exemplo, o da empresa MMX Miner, em que também diminuiu-se o prejuízo passando de um valor de R\$ 214.147,00 em BRGAAP para R\$ 185.138,00 em CPC/IFRS. A mesma situação é observada, tem-se um valor em BRGAAP (-214.147) menor que o valor em CPC/IFRS (-185.138). Porém neste caso, a variação entre os valores é pequena (13,55%), o que resulta num índice de 0,84, embora por regra ainda menor que um, fazendo com que o resultado fique entre zero e um e por isso, não negativo. Em resumo, um índice menor que um é resultado de um valor em BRGAAP menor que em CPC/IFRS, no entanto, um índice negativo é resultado de um valor em BRGAAP bem menor do que em CPC/IFRS. O inverso também é verdadeiro o que justifica um índice elevado como no caso da empresa OGX Petróleo de 2,11. O valor bem maior em BRGAAP (10.829) do que em CPC/IFRS (-100,626) resulta em um índice bem maior que um.

A Tabela 7 fornece informações que possibilita o entendimento dos resultados dos índices para o PL.

Tabela 7 - Demonstração da origem do IC_{PL} (Valores em milhares de reais)

SETOR 1						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
HRT PARTICIPAÇÕES	406.866	406.866	0	-	0,00	1,00
OGX PETRÓLEO	9.186.289	9.186.289	0	-	0,00	1,00
PETROBRÁS	161.075	166.995	5.920	A	3,68	0,97
V AGRO	419.778	388.826	-30.952	D	7,37	1,08
SETOR 2						
Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
BRASKEM	4.592.488	4.978.644	386.156	A	8,41	0,92
DURATEX	2.331.107	3.141.900	810.793	A	34,78	0,74
FIBRIA	10.034.028	15.075.419	5.041.391	A	50,24	0,67
KAPLIN	2.387.018	4.718.824	2.331.806	A	97,69	0,51

(Continua)

(Continuação)

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
MMX MINER	-279.883	-371.205	-91.322	D	32,63	1,25
SID NACIONAL	5.405.109	6.589.510	1.184.401	A	21,91	0,82
SUZANO PAPEL	4.383.780	7.864.370	3.480.590	A	79,40	0,56
USIMINAS	15.814.123	15.645.652	-168.471	D	1,07	1,01
VALE	101.545	100.293	-1.252	D	1,23	1,01

SETOR 3

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
RANDON	884.139	1.372.353	488.214	A	55,22	0,64

SETOR 4

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
BROOKFIELD	2.417.256	2.417.256	0	-	0,00	1,00
GAFISA	2.325.634	2.384.181	58.547	A	2,52	0,98
MRV	2.392.920	2.523.274	130.354	A	5,45	0,95
ROSSI	2.283.413	2.252.620	-30.793	D	1,35	1,01

SETOR 5

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
GOL	2.840.405	2.609.986	-230.419	D	8,11	1,09
ALL AMÉRICA	3.816.229	3.595.828	-220.401	D	5,78	1,06
CCR	2.877.990	3.345.171	467.181	A	16,23	0,86
LLX	995.128	1.017.292	22.164	A	2,23	0,98

SETOR 6

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
AMBEV	19.243.058	22.017.450	2.774.392	A	14,42	0,87
AMIL	1.465.800	1.745.929	280.129	A	19,11	0,78
BR FOODS	13.134.650	12.990.938	-143.712	D	1,09	1,01
HYPERMARCAS	3.437.310	3.417.733	-19.577	D	0,57	1,01
JBS	16.728.086	19.150.521	2.422.435	A	14,48	0,87
ODONTOPREV	780.022	870.271	90.249	A	11,57	0,90
PÃO DE ACUCAR	6.665.173	6.656.725	-8.448	D	0,13	1,00

SETOR 7

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
AMERICANAS	380.116	255.311	-124.805	D	32,83	1,49
ANHANGUERA	1.050.731	1.083.374	32.643	A	3,11	0,97
BW2 VAREJO	246.968	192.872	-54.096	D	21,90	1,28
HERING	316.427	369.414	52.987	A	16,75	0,86
LOCALIZA	608.685	708.564	99.879	A	16,41	0,86
MAGAZINE LUIZA	10.123	-6.063	-16.186	D	159,89	3,67
RENNER	777.640	866.436	88.796	A	11,42	0,90

SETOR 8

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
TOTVS	501.471	542.025	40.554	A	8,09	0,93

SETOR 9

(Continua)

(Conclusão)

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	D	%	IC
BRASIL TELECOM	11.094.901	9.905.637	-1.189.264	D	10,72	1,12
TELEFÔNICA	10.057.415	11.300.302	1.242.887	A	12,36	0,89
TIM	8.282.093	8.577.360	295.267	A	3,57	0,97

SETOR 10

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
AES TIETE	501.037	2.016.012	1.514.975	A	302,37	0,25
CEMIG	2.645.124	2.094.605	-550.519	D	20,81	1,26
CESP	8.522.626	10.621.349	2.098.723	A	24,63	0,80
COPEL	8.830.061	10.524.363	1.694.302	A	19,19	0,84
CPFL ENERGIA	5.167.983	6.536.779	1.368.796	A	26,49	0,79
ELETRORBRAS	118.623	95.241	-23.382	D	19,71	1,25
ELETROPAULO	3.281.274	3.721.729	440.455	A	13,42	0,88
ENEGIAS BR	5.909.795	6.221.833	312.038	A	5,28	0,95
LIGHT	2.887.054	3.553.628	666.574	A	23,09	0,81
MPX ENERGIA	1.907.360	1.879.079	-28.281	D	1,48	1,02
SABESP	10.527.637	8.438.584	-2.089.053	D	19,84	1,25
TRACTEBEL	3.681.267	4.449.048	767.781	A	20,86	0,83
TRAN PAULIST	4.185.346	4.663.011	477.665	A	11,41	0,90

SETOR 11

Empresa	Brasil	IFRS	Ajustes	A/D	%	IC
BANCO BRASIL	36.119.241	40.521.337	4.402.096	A	12,19	0,89
BMF&BOVESPA	19.709.749	19.342.893	-366.856	D	1,86	1,02
BR MALLS	5.067.931	5.063.155	-4.776	D	0,09	1,00
BR PROPERT	930.419	1.185.540	255.121	A	27,42	0,78
BRADERSCO	42.551.426	44.646.707	2.095.281	A	4,92	0,95
BRADERPAR	5.385	5.864	479	A	8,90	0,92
CIELO	860.429	860.429	0	-	0,00	1,00
ITAÚSA	19.786	25.838	6.052	A	30,59	0,77
MULTIPLAN	2.822.639	2.815.808	-6.831	D	0,24	1,00
PORTO SEGURO	3.127.063	4.066.764	939.701	A	30,05	0,77
SANTANDER	64.492.693	69.266.743	4.774.050	A	7,40	0,93
ULTRAPAR	4.845.164	4.845.251	87	A	0,00	1,00

Fonte: A autora (2013)

Com base na Tabela 7, para o $IC_{PL} = 3,67$ (empresa Magazine Luiza), verifica-se que em BRGAAP existe um lucro de R\$ 10.123,00 enquanto em CPC/IFRS existe um prejuízo de R\$ 6.063,00. Ocorreu, neste caso, uma diminuição de ajustes no montante de R\$ 16.186,00, o que corresponde a 159,89% de ajuste (IFRS em relação ao BRGAAP). Nota-se que o valor em BRGAAP é bem maior do que em CPC/IFRS, resultando em um índice bem maior que um.

A partir do cálculo dos índices, é possível classificar as empresas em comparáveis e não comparáveis. De acordo com a metodologia adotada, foram classificadas como comparáveis aquelas cujo IC resultou em valores entre 0,90 e 1,10, incluindo as empresas cujo índice foi igual a um. Como não comparáveis foram classificadas as empresas cujo índice de comparabilidade resultou em um valor igual ou inferior a 0,89 e ainda igual ou superior ao valor de 1,11.

De acordo com os resultados dos índices apresentados na Tabela 5, identificou-se as empresas que apresentam IC= 1, para o LL e/ou para o PL como evidencia a Tabela 8.

Tabela 8 - Empresas que apresentaram o índice igual a 1

Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
BROOKFIELD	1,00	BR MALLS	1,00
AMBEV	1,00	BROOKFIELD	1,00
PÃO DE AÇÚCAR	1,00	CIELO	1,00
LOJAS RENNER	1,00	HRT PETRÓLEO	1,00
BM&FBOVESPA	1,00	MULTIPLAN	1,00
BR MALLS	1,00	OGX PETRÓLEO	1,00
CIELO	1,00	PÃO DE AÇÚCAR	1,00
		ULTRAPAR	1,00

Fonte: A autora (2013)

Observa-se que, para o lucro líquido, sete empresas apresentaram o $IC_{LL} = 1$, e para o patrimônio líquido, oito empresas apresentaram o $IC_{PL} = 1$, resultado obtido por meio do cálculo do índice. O resultado igual a 1 indica neutralidade, ou seja, que os números comparados são idênticos, possibilitando inferir-se que, para o $IC = 1$, as normas contábeis são comparáveis.

Ao adotar o intervalo de materialidade de 10% como no estudo de Haverty (2006), também foram consideradas comparáveis as empresas apresentadas na Tabela 9 (em ordem crescente de IC para LL e PL).

Tabela 9 - Empresas com o Índice de Gray no intervalo de 10% de materialidade

EMPRESAS	LL	EMPRESAS	PL
ENERGIAS BR	0,90	ODONTOPREV	0,90
SABESP	0,91	LOJAS RENNER	0,90
ALL AMERICA LAT	0,91	TRAN PAULIST	0,90
ELETROPAULO	0,92	BRASKEN	0,92

(Continua)

EMPRESAS	LL	EMPRESAS	PL
MRV	0,93	TOTVS	0,93
SUZANO PAPEL	0,93	SANTANDER	0,93
PETROBRAS	0,95	MRV	0,95
GOL	0,96	ENERGIAS BR	0,95
TRAN PAULIST	0,96	BRADESCO	0,95
BRADESCO	0,97	PETROBRÁS	0,97
USIMINAS	0,97	ANHANGUERA	0,97
BR FOODS	0,98	TIM	0,97
TOTVS	0,98	GAFISA	0,98
DURATEX	0,99	LLX LOG	0,98
SID NACIONAL	0,99	USIMINAS	1,01
TELEFONICA	0,99	VALE	1,01
BRADESPAR	0,99	ROSSI RESIDENCIAL	1,01
VALE	1,01	BR FOODS	1,01
AMIL	1,01	HYPERMARCAS	1,01
PORTO SEGURO	1,03	MPX ENERGIA	1,02
LIGHT	1,03	BM&FBOVESPA	1,02
RANDON PART	1,03	ALL AMER LAT	1,06
TRACTEBEL	1,04	V AGRO	1,08
MULTIPLAN	1,05	GOL	1,09
ULTRAPAR	1,06		
HYPERMARCAS	1,07		
ROSSI RESIDENCIAL	1,07		
ANHANGUERA	1,10		
AES TIETE	1,10		

Fonte: A autora (2013)

A Tabela 10 resume as informações apresentadas nas Tabelas 8 e 9, evidenciando assim o total de empresas comparáveis e não comparáveis para o LL e o PL, bem como a frequência de empresas comparáveis para cada intervalo.

Tabela 10 - Frequência dos índices de comparabilidade no intervalo de 0,90 a 1,10

Lucro líquido					
	IC=1	Com 5%	De 5% a 10%	Total Comparável	Total Não Comparável
Quantidade de Empresas	7	18	12	37	28
% de Empresas	10,77%	27,69%	18,47%	56,93%	43,07%
Patrimônio líquido					
	IC=1	Com 5%	De 5% a 10%	Total Comparável	Total Não Comparável
Quantidade de Empresas	8	15	10	33	32
% de Empresas	12,30%	23,07%	15,39%	50,76%	49,24%

Fonte: A autora (2013)

A partir da análise das informações da Tabela 10, percebe-se que, para um intervalo de materialidade de 10%, 56,93% da amostra é considerada comparável para o lucro líquido e 50,76% é comparável para o patrimônio líquido. Percebe-se, assim, que praticamente metade das empresas da amostra apresentaram-se comparável tanto para o LL quanto para o PL.

4.1.1 Análise setorial para o Índice de Gray

Por meio de uma análise setorial, é possível calcular o percentual de empresas comparáveis para cada um deles. Tais percentuais estão evidenciados na Tabela 11.

Tabela 11 - Percentual de empresas comparáveis por setor

Setores	LL	PL
Setor 1: Petróleo, Gás e Biocombustíveis	25,0%	100%
Setor 2: Materiais Básicos	55,5%	33,3%
Setor 3: Bens Industriais	100%	0%
Setor 4: Construção e Engenharia	75%	100%
Setor 5: Transporte	50%	75,0%
Setor 6: Consumo Não Cíclico	71,4%	57,1%
Setor 7: Consumo Cíclico	42,8%	28,5%
Setor 8: Tecnologia da Informação	100%	100%
Setor 9: Telecomunicações	33,3%	33,3%
Setor 10: Utilidade Pública	53,8%	23,0%
Setor 11: Financeiro	66,6%	66,6%

Fonte: A autora (2013)

Nota-se que o setor oito refere-se a Tecnologia da Informação e apresentou 100% de comparabilidade para o LL e para o PL. Contudo, ressalta-se que este setor é composto por apenas uma empresa, que apresentou $IC_{LL} = 0,98$ e $IC_{PL} = 0,93$. Os setores um e quatro também apresentaram 100% das empresas comparáveis para o PL. O setor um refere-se a Petróleo, Gás e Biocombustíveis e é composto por quatro empresas que são comparáveis para o intervalo de materialidade de 10%. Já o setor quatro refere-se a Construção e Engenharia e é composto por quatro empresas, todas elas comparáveis no intervalo de materialidade de 10% para o patrimônio líquido. O setor três refere-se a Bens Industriais e apresentou 100% de

comparabilidade para o LL. Destaca-se que o setor três assim como o setor oito é composto por apenas uma empresa que apresentou $IC_{LL}=1,03$. O setor três chama atenção por apresentar 0% de comparabilidade para o PL. Tal fato justifica-se devido sua única empresa apresentar $IC_{PL}=0,64$, não comparável.

4.1.2 Ajustes realizados pelas empresas com LL e PL não comparáveis

Do total da amostra, 43,07% (total de 28) das empresas não apresentaram o lucro líquido comparável e 49,24% (total de 32) não apresentaram comparabilidade para o patrimônio líquido, conforme Tabela 10. As empresas que não foram comparáveis estão listadas na Tabela 12, com os respectivos índices, em ordem crescente.

Tabela 12 - Empresas não comparável para o LL

SETOR	EMPRESAS	LL	SETOR	EMPRESAS	LL
1	HRT PETRÓLEO	-1,75	7	CIA HERING	0,83
5	LLX LOG	-1,23	11	ITAUSA	0,83
1	V AGRO	-0,54	2	MMX MINER	0,84
11	BR PROPERT	0,17	7	LOJAS AMERICANAS	0,86
11	SANTANDER	0,33	9	BRASIL TELECOMUN.	0,88
10	CEMIG	0,44	5	CCR	0,89
2	FIBRIA	0,47	7	MAGAZINE LUIZA	1,12
6	JBS	0,59	10	COPEL	1,29
9	TIM	0,63	10	MPX ENERGIA	1,30
10	ELETROBRAS	0,64	10	CESP	1,59
6	ODONTOPREV	0,70	2	BRASKEM	1,93
11	BANCO BRASIL	0,75	2	KLABIN	1,96
7	B2W VAREJO	0,77	4	GAFISA	2,10
10	CPFL ENERGIA	0,77	1	OGX PETRÓLEO	2,11

Fonte: A autora (2013)

Para as empresas consideradas não comparáveis para o lucro líquido, foram elencados na Tabela 13, os ajustes mais frequentes e seus montantes.

Tabela 13 - Ajustes mais frequentes realizados pelas empresas não comparáveis para o LL

Ajustes	Qde	Valores em milhares de R\$
Impostos diferidos	22	-948.565
Participação não controladores	13	660.565
Combinação de negócios	8	-1.308.564
Benefícios a empregados	7	-149.924
Ativo biológico	6	683.536
Baixa ativo diferido	5	57.080
Contrato de concessão	3	-56.550
Depreciação/amortização	3	-582.146
Outros	61	12.638.050
Total de ajustes	128	

Fonte: A autora (2013)

Observa-se que, para o total de 28 empresas não comparáveis para o LL, foram realizados 128 ajustes de reconciliação de BRGAAP para IFRS referentes ao ano de 2009. Desses, foi possível identificar nove categorias de ajustes: impostos diferidos, participação de acionistas não controladores, combinação de negócios, benefícios a empregados, ativos biológicos, baixa de ativo diferido, contrato de concessão, depreciação/amortização e outros. Do total de ajustes, alguns se repetiram, somando 67 ajustes entre as categorias citadas. Os demais, 61 ajustes, foram denominados de “Outros” por serem diferentes entre si.

O ajuste identificado como mais frequente (no total de 22), foi impostos diferidos. Estes ajustes foram realizados devido a outros ajustes oriundos das mudanças de práticas contábeis com a adoção dos pronunciamentos contábeis, ou seja, por consequência dos ajustes realizados em outros itens, que são base para sua apuração.

Logo em seguida, destaca-se o ajustes participação de não controladores, totalizando treze ajustes. De acordo com o CPC 26 (Apresentação de Demonstrações Financeiras) a participação de não controladores deve ser apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido e não fora do grupo em conta específica, o que originou o ajuste referente à participação de não controladores.

Os ajustes referentes a combinações de negócios foram identificados num total de oito. Os ajustes denominados combinações de negócios ocorreram em

consequência do CPC 15 (Combinação de Negócios). Com base neste pronunciamento os ativos adquiridos e os passivos assumidos deverão ser mensurados por seus valores justos na data de aquisição. Benefícios a empregados foram ajustes que apareceram num total de sete. Tais ajustes foram realizados com base no CPC 33 (Benefícios a empregados).

Os ajustes referentes a ativos biológicos foram identificados num total de seis vezes. Os ativos biológicos eram contabilizados com base no custo histórico. No entanto, de acordo com o CPC 29 (ativo biológico e produto agrícola) os ativos biológicos passaram a ser mensurados pelo valor justo menos as despesas necessárias para a sua venda, ocasionando os ajustes denominados de ativos biológicos. Baixa de ativo diferido foram ajustes identificados no total de cinco. Este ajuste é oriundo da extinção do ativo diferido. Por isso, algumas contas foram reclassificadas para ativo intangível e outras, cuja natureza configura-se como despesa, foram transferidas para prejuízos acumulados, ocasionando assim os ajustes referentes a baixa do ativo diferido.

Contratos de concessão foram ajustes evidenciados no total de três. Ocorreram com base na ICPC 01, a qual estabelece que os ativos de direitos da concessionária sobre a infraestrutura sejam registrados no intangível ou em ativos financeiros e não mais em imobilizado. Os ajustes denominados depreciação/amortização ocorreram num total de três vezes. Estes ajustes foram realizados, em função das taxas de depreciação que deixaram de ser determinadas em bases fiscais e passaram a ser estipuladas com base na vida útil econômica estimada dos ativos.

Todos os ajustes que apareceram apenas uma vez foram agrupados como "Outros". Além disso, para as empresas que apresentaram o quadro de reconciliação somente com o valor inicial em BRGAAP, o valor final em IFRS e o montante de ajustes sem identificar a que se referiam, tiveram o montante de ajustes também considerado como outros. Esse critério foi adotado pois, de modo contrário, todos os 61 ajustes teriam que ter sido elencados na tabela e, assim, perder-se-ia o objetivo de identificar os ajustes mais frequentes. Isso explica a representatividade do ajuste denominado "Outros".

A Tabela 14 apresenta os ajustes identificados como mais frequentes por setor, juntamente com o valor de cada um e o nome da empresa que os realizou.

Tabela 14 - Ajustes mais frequentes por setores para o LL

SETOR 1: Petróleo, Gás e Biocombustíveis		
Empresa	Ajuste	Valor
PETROBRÁS	Combinação de negócios	32.000
PETROBRÁS	Benefícios a empregados	2.000
PETROBRÁS	Impostos diferidos	-768.000
SETOR 2: Materiais Básicos		
EMPRESA	Ajuste	Valor
DURATEX	Ativo biológico	-2.488
FIBRIA	Ativo biológico	551.604
KAPLIN	Ativo biológico	64.577
SUZANO PAPEL	Ativo biológico	80.185
MMX MINER	Baixa ativo diferido	32.998
DURATEX	Benefícios a empregados	1.947
BRASKEN	Combinação de negócios	102.051
FIBRIA	Combinação de negócios	-116.174
BRASKEN	Impostos diferidos	-484.657
KAPLIN	Impostos diferidos	84.546
SID NACIONAL	Impostos diferidos	-13.888
SUZANO PAPEL	Impostos diferidos	-35.333
DURATEX	Participação não controladores	1.618
KAPLIN	Participação não controladores	2.955
MMX MINER	Participação não controladores	-969
SID NACIONAL	Participação não controladores	-3.753
SETOR 3: Bens Industriais		
Empresa	Ajuste	Valor
RANDON PART	Impostos diferidos	5.798
RANDON PART	Participação não controladores	3.278
SETOR 4: Construção e Engenharia		
Empresa	Ajuste	Valor
GAFISA	Impostos diferidos	-57.594
MRV	Participação não controladores	26.760
SETOR 5: Transporte		
Empresa	Ajuste	Valor
ALL AMER LAT	Baixa ativo diferido	3.562
CCR	Impostos diferidos	35.268
GOL	Impostos diferidos	-331
CCR	Participação não controladores	2.063

(Continua)

(Continuação)

SETOR 6: Consumo Não Cíclico		
Empresa	Ajuste	Valor
JBS	Ativo biológico	-6.342
BR FOODS	Baixa ativo diferido	60.932
AMBEV	Benefícios a empregados	-29.510
BR FOODS	Benefícios a empregados	-21.027
AMBEV	Combinação de Negócios	-1.979.893
BR FOODS	Combinação de Negócios	-22.901
AMBEV	Impostos diferidos	87.710
BR FOODS	Impostos diferidos	-23.999
HYPERMARCAS	Impostos diferidos	-10.166
JBS	Impostos diferidos	29.475
SETOR 7: Consumo Cíclico		
Empresa	Ajuste	Valor
LOJAS AMERICANAS	Baixa ativo diferido	-45.804
HERING	Impostos diferidos	-333
LOJAS AMERICANAS	Impostos diferidos	-76.041
LOJAS AMERICANAS	Participação não controladores	6.252
SETOR 8: Tecnologia da Informação		
Empresa	Ajuste	Valor
TOTVS	Participação não controladores	-2.600
SETOR 9: Telecomunicações		
Empresa	Ajuste	Valor
TELEFÔNICA	Benefícios a empregados	36.724
TELEFÔNICA	Impostos diferidos	-15.788
SETOR 10: Utilidade Pública		
Empresa	Ajuste	Valor
COPEL	Benefícios a empregados	-95.436
SABESP	Benefícios a empregados	-44.622
COPEL	Contrato de concessão	57.161
CPFL	Contrato de concessão	-4.329
ELETROPAULO	Contrato de concessão	-109.382
AES TIETE	Depreciação/ amortização	-106.764
CESP	Depreciação/ amortização	-300.574
COPEL	Depreciação/ amortização	-174.808
AES TIETE	Impostos diferidos	38.160
CESP	Impostos diferidos	102.195
ELETROPAULO	Impostos diferidos	-52.187
SABESP	Impostos diferidos	-38.555
SETOR 11: Financeiro		
Empresa	Ajuste	Valor
ITAÚSA	Ativo biológico	-4.000
ULTRAPAR	Baixa ativo diferido	5.392
BANCO BRASIL	Combinação de negócios	1.003.871
ITAÚSA	Combinação de negócios	-303.000

(Continua)

(Conclusão)

Empresa	Ajuste	Valor
ULTRAPAR	Combinação de negócios	-24518
BANCO BRASIL	Impostos diferidos	398.155
ITAÚSA	Impostos diferidos	-153.000
BANCO BRASIL	Participação não controladores	34.336
BM&FBOVESPA	Participação não controladores	1.019
ITAÚSA	Participação não controladores	586.000
ULTRAPAR	Participação não controladores	3.606

Fonte: A autora (2013)

Todas as análises realizadas para o lucro líquido foram aplicadas também para o patrimônio líquido. Dessa forma, a Tabela 15 evidencia os índices de comparabilidade para o PL das empresas consideradas não comparáveis, em ordem crescente.

Tabela 15 - Empresas não comparáveis para o PL

SETOR	EMPRESAS	PL	SETOR	EMPRESAS	PL
10	AES TIETE	0,25	5	CCR	0,86
2	KLABIN	0,51	7	CIA HERING	0,86
2	SUZANO PAPEL	0,56	7	LOCALIZA	0,86
3	RANDON PART	0,64	6	AMBEV	0,87
2	FIBRIA	0,67	6	JBS	0,87
2	DURATEX	0,74	10	ELETROPAULO	0,88
11	ITAUSA	0,77	9	TELEFONICA	0,89
11	PORTO SEGURO	0,77	11	BANCO BRASIL	0,89
6	AMIL	0,78	9	BRASIL TELECOMUN.	1,12
11	BR PROPERT	0,78	2	MMX MINER	1,25
10	CPFL ENERGIA	0,79	10	ELETROBRAS	1,25
10	CESP	0,80	10	SABESP	1,25
10	LIGHT	0,81	10	CEMIG	1,26
2	SID NACIONAL	0,82	7	B2W VAREJO	1,28
10	TRACTEBEL	0,83	7	LOJAS AMERICANAS	1,49
10	COPEL	0,84	7	MAGAZINE LUIZA	3,67

Fonte: A autora (2013)

As empresas consideradas não comparáveis para o PL (total de 32) também tiveram os ajustes mais frequentes e seus montantes elencados, conforme Tabela 16.

Tabela 16 - Ajustes realizados pelas empresas não comparáveis para o PL

Ajustes	Qde	Valores em milhares de R\$
Participação de acionistas não controladores	19	25.767.599
Impostos diferidos	18	-6.291.450
Baixa de ativo diferido	8	-404.068
Benefícios a empregados	8	-922.902
Ativo biológico	6	3.320.460
Combinação de negócios	6	2.551.204
Contrato de concessão	4	253.146
Outros	98	19.882.606
Total de ajustes	167	

Fonte: A autora (2013)

Com base nos dados apresentados na Tabela 16, foram realizados 167 ajustes para o PL nas empresas não comparáveis. Desse total, 98 ajustes foram classificados na categoria “Outros”, mantendo esse grupo representativo. De forma semelhante ao LL, no PL o critério adotado para elencar os ajustes foi a frequência com que eles foram evidenciados nos quadros de reconciliação, ou seja, aqueles que apareciam mais de uma vez eram identificados enquanto aqueles que apareciam apenas uma vez para cada empresa eram classificados na categoria “Outros”. Além disso, os ajustes denominados pelas próprias empresas como “Outros” também foram inseridos nessa categoria e, por fim, o montante de ajuste das empresas que não identificaram quais eram eles, mas apenas informaram o seu valor, foram inseridos na categoria “Outros”.

Os ajustes mais frequentes foram elencados na Tabela 16, somando-se 69 ajustes distribuídos em seis categorias: participações de não controladores, impostos diferidos, baixa do ativo diferido, benefícios a empregados, ativos biológicos, combinações de negócios, contratos de concessão e outros. Todos eles também foram identificados no LL, no entanto, para o PL, mudou-se a ordem de relevância para alguns deles.

Participações de não controladores destacou-se como o ajuste mais frequente totalizando dezenove ajustes. Num total de dezoito vezes, identificou-se impostos diferidos como o segundo ajuste mais frequente. Como terceiro ajuste mais frequente destacam-se baixa de ativo diferido e benefícios a empregados num total de oito ajustes cada um. Em seguida observa-se que ajustes referentes a ativo biológicos e combinações de negócios aparecem num total de seis vezes cada um. Por fim, a posição de sétimo ajuste mais frequente é ocupada por contratos de concessão que foi identificado quatro vezes. Os motivos pelos quais cada um destes ajustes foram realizados são os mesmos já explicados para o LL.

Assim como foi apresentado para o LL, para o PL também foram elencados os ajustes mais frequentes por setor, bem como os montantes e as empresas que os realizaram.

Tabela 17 - Ajustes mais frequentes por setores para o PL

SETOR 1: Petróleo, Gás e Biocombustíveis		
Empresa	Ajuste	Valor
PETROBRÁS	Participação não controladores	1.610.000
SETOR 2: Materiais Básicos		
Empresa	Ajuste	Valor
DURATEX	Ativo biológico	185.177
FIBRIA	Ativo biológico	953.010
KAPLIN	Ativo biológico	1.709.350
MMX MINER	Baixa ativo diferido	-14.779
SID NACIONAL	Baixa ativo diferido	-37.163
DURATEX	Benefícios a empregados	36.853
SID NACIONAL	Benefícios a empregados	38.233
DURATEX	Combinação de negócios	571.024
FIBRIA	Combinação de negócios	-116.174
BRASKEN	Impostos diferidos	249.768
KAPLIN	Impostos diferidos	-1.156.508
SID NACIONAL	Impostos diferidos	-3.277
DURATEX	Participação não controladores	717
KAPLIN	Participação não controladores	56.665
MMX MINER	Participação não controladores	-81.154
VALE	Participação não controladores	-1.273
SETOR 3: Bens Industriais		
Empresa	Ajuste	Valor
RANDON PART	Ativo biológico	276.265
RANDON PART	Baixa ativo diferido	-13.929
RANDON PART	Impostos diferidos	-88.901
RANDON PART	Participação não controladores	322.181

(Continua)

SETOR 4: Construção e Engenharia		
Empresa	Ajuste	Valor
GAFISA	Participação não controladores	-58.547
MRV	Participação não controladores	123.604
SETOR 5: Transporte		
Empresa	Ajuste	Valor
ALL AMER LAT	Baixa ativo diferido	-202.692
GOL	Impostos diferidos	112.853
ALL AMER LAT	Participação não controladores	15.710
CCR	Participação não controladores	55.437
SETOR 6: Consumo Não Cíclico		
Empresa	Ajuste	Valor
JBS	Ativo biológico	-6.342
BR FOODS	Baixa ativo diferido	-201.940
AMBEV	Benefícios a empregados	1.732
BR FOODS	Benefícios a empregados	-112.243
BR FOODS	Combinação de Negócios	111.620
AMBEV	Impostos diferidos	77.900
BR FOODS	Impostos diferidos	74.776
HYPERMARCAS	Impostos diferidos	-9.106
JBS	Impostos diferidos	84.796
SETOR 7: Consumo Cíclico		
Empresa	Ajuste	Valor
ANHANGUERA	Baixa ativo diferido	-61.875
LOJAS AMERICANAS	Baixa ativo diferido	135.546
HERING	Impostos diferidos	-4.858
LOJAS AMERICANAS	Impostos diferidos	11.561
ANHANGUERA	Participação não controladores	472
LOJAS AMERICANAS	Participação não controladores	-23.466
SETOR 8: Tecnologia da Informação		
Empresa	Ajuste	Valor
TOTVS	Participação não controladores	-16.997
SETOR 9: Telecomunicações		
Empresa	Ajuste	Valor
TELEFÔNICA	Benefícios a empregados	65.186
TELEFÔNICA	Impostos diferidos	6.878
SETOR 10: Utilidade Pública		
Empresa	Ajuste	Valor
ELETROPAULO	Benefícios a empregados	521.487
TRAN PAULIST	Benefícios a empregados	13.601
SABESP	Benefícios a empregados	-1.487.751
COPEL	Contrato de concessão	40.026
CPFL	Contrato de concessão	185.026
ELETROPAULO	Contrato de concessão	-82.334
TRAN PAULIST	Contrato de concessão	110.428

(Continua)

(Conclusão)

Empresa	Ajuste	Valor
CESP	Impostos diferidos	-1.105.920
TRAN PAULIST	Impostos diferidos	-70.131
SABESP	Impostos diferidos	-670.693
COPEL	Participação não controladores	253.537
CPFL	Participação não controladores	181.301
SETOR 11: Financeiro		
Empresa	Ajuste	Valor
ITAÚSA	Ativos biológicos	203.000
BRMALLS	Baixa ativo diferido	-7.236
BANCO BRASIL	Combinação de negócios	1.005.544
ITAÚSA	Combinação de negócios	1.029.000
UITRAPAR	Combinação de negócios	-49.810
BANCO BRASIL	Impostos diferidos	-2.786.048
BRMALLS	Impostos diferidos	2.460
ITAÚSA	Impostos diferidos	-1.017.000
BANCO BRASIL	Participação não controladores	88.935
BM&FBOVESPA	Participação não controladores	16.358
ITAÚSA	Participação não controladores	23.189.000
UITRAPAR	Participação não controladores	35.119

Fonte: A autora (2013)

Com base nas análises realizadas nos ajustes tanto para o LL quanto para o PL das empresas não comparáveis pertencentes ao índice IBrX, pode-se observar, excluindo os itens “Outros”, que a falta de comparabilidade ocorre principalmente devido aos impostos diferidos, participação de acionistas não controladores, benefícios a empregados, combinação de negócios, baixa de ativos diferidos, ativos biológicos, contratos de concessão e depreciação/amortização, que foram os itens que apareceram com maior frequência nos ajustes de reconciliação das empresas da amostra.

Estudos como o de Nogueira e Lemes (2008), que desenvolveram uma pesquisa sobre o nível de comparabilidade entre BRGAAP e USGAAP para 28 empresas no período de 2000 a 2006, também identificaram ajustes no LL e PL que foram responsáveis pela não comparabilidade. Tais ajustes foram referentes à combinação de negócios, intangíveis, *goodwill*, ativos fixos, planos de pensão, correção monetária e impostos diferidos. O resultado desta pesquisa assemelha-se ao resultado do estudo citado anteriormente no que se refere aos ajustes de combinação de negócios e ativos diferidos, embora, neste estudo, a comparação ocorra entre BRGAAP e IFRS.

Outro estudo com metodologia semelhante à utilizada neste trabalho com resultados parecidos aos aqui encontrados foi o de Liu (2009). O autor aplicou o Índice de Gray para verificar a comparabilidade de 15 empresas chinesas que utilizavam IFRS e reconciliavam as informações em USGAAP, encontrando como principais diferenças os seguintes itens: impostos diferidos, ajustes cambiais, *goodwill*, reavaliação de ativos, participações de minoritários, combinação de negócios e aquisições. Percebe-se que o resultado desta pesquisa, no que se refere aos ajustes de impostos diferidos, participações de não controladores e combinação de negócios, é semelhante ao resultado encontrado no estudo de Liu (2009).

Destaca-se o estudo de Lemes, Santos e Rodrigues (2013), que também utilizaram o Índice de Gray para verificar a comparabilidade das demonstrações em BRGAAP e reconciliaram as informações em IFRS para o ano de 2009, para empresas do setor financeiro. Como resultado foram identificados como principais ajustes a mensuração a valor justo, baixa do ativo diferido, combinação de negócios, e taxa de juros efetiva. Nota-se que dois ajustes (baixa do ativo diferido e combinação de negócios) foram semelhantes aos encontrados nesta pesquisa como ajustes mais frequentes na reconciliação de BRGAAP para IFRS.

4.2 Resultados da aplicação do T *Index*

Após a leitura das notas explicativas referentes às demonstrações financeiras de 2010 foi possível identificar as escolhas contábeis adotadas pelas empresas da amostra e agrupá-las por setores, para cada um dos itens em estudo: ativo imobilizado, ativo intangível, estoques, instrumentos financeiros e ativo biológico. A Tabela 18 evidencia a quantidade de empresas que utilizam cada uma das escolhas permitidas para os itens.

Tabela 18 - Escolhas contábeis adotadas pelas empresas da amostra agrupadas por setor

ATIVO BIOLÓGICO		Ano: 2009		S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
		65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
a	Custo histórico	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
b	Valor Justo	8	8,00	1	4	1	0	0	1	0	0	0	0	1	8
c	Não Divulgado / Não aplicável	57	57,00	3	5	0	4	4	6	7	1	3	13	11	57

(Continua)

		Ano: 2009		S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
ATIVO IMOBILIZADO		65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
a	Custo Histórico	47	72,31	4	7	0	4	3	7	5	1	3	5	8	47
b	Custo Atribuído	14	21,54	0	2	1	0	1	0	2	0	0	7	1	14
c	Reavaliação	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
d	Não Divulgado / Não aplicável	4	6,15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4
ATIVO INTANGÍVEL		65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
a	Custo Histórico	54	83,08	4	7	1	3	3	7	6	1	3	10	9	54
b	Custo Atribuído	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
c	Reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
d	Não Divulgado / Não aplicável	11	16,92	0	2	0	1	1	0	1	0	0	3	3	11
ESTOQUES		65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
a	Custo Histórico	14	21,54	1	3	0	1	1	1	0	0	1	5	1	14
b	Valor Realizável Líquido	13	20,00	2	4	0	1	1	2	1	0	2	0	0	13
c	Não Divulgado / Não aplicável	38	58,46	1	2	1	2	2	4	6	1	0	8	11	38
INSTRUM. FINAN.		65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
a	Mantidos para negociação	65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
a.1.	Valor justo	61	93,85	3	8	1	4	4	7	7	0	3	12	12	61
a.2.	Custo amortizado	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
a.3.	Não Divulgado / Não aplicável	4	6,15	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	4
b	Mantidos até o vencimento	65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
b.1.	Valor justo	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
b.2.	Custo amortizado	38	58,46	2	4	1	1	0	6	4	1	2	6	11	38
b.3.	Não Divulgado / Não aplicável	27	41,54	2	5	0	3	4	1	3	0	1	7	1	27
c	Empréstimos e recebíveis	65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
c.1.	Valor justo	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
c.2.	Custo amortizado	63	96,92	3	9	1	4	4	7	7	1	3	12	12	63
c.3.	Não Divulgado / Não aplicável	2	3,08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
d	Disponíveis para venda	65	%	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
d.1.	Valor justo	27	41,54	2	4	0	1	0	3	2	0	1	6	8	27
d.2.	Custo amortizado	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
d.3.	Não Divulgado / Não aplicável	38	58,46	2	5	1	3	4	4	5	1	2	7	4	38

Fonte: A autora (2013)

De acordo com a Tabela 18, foram apresentadas as escolhas contábeis permitidas para cada um dos itens. Além disso, para cada item, existe também a opção “não divulgado/não aplicável”. Nessa opção foram classificadas as empresas que não evidenciaram em suas notas explicativas as escolhas contábeis realizadas por elas e também aquelas empresas que não aplicavam o item em estudo, por supostamente não terem tido, no período, a prática contábil relacionada. As

empresas inseridas nesta categoria foram excluídas para a realização do cálculo do *T Index*, como orientado por Taplin (2010).

A IAS 16, ativo imobilizado, permite as seguintes escolhas contábeis: custo histórico, custo atribuído e reavaliação. Do total de 65 empresas, 47 (72,31%) optaram pelo custo histórico enquanto 14 empresas (21,54%) optaram pelo custo atribuído, opção permitida para o ano de 2010. A opção da reavaliação não é permitida no Brasil e nenhuma empresa optou por ela. Do total, quatro empresas (6,15%) foram inseridas na opção não divulgado ou não aplicável.

Para a IAS 38, intangível, as escolhas contábeis apresentadas foram custo histórico, custo atribuído e reavaliação. Como já explicado, a reavaliação e o custo atribuído para intangível não são permitidos no Brasil e nota-se que nenhuma empresa optou por eles. Todas as empresas que divulgaram a escolha contábil realizada, num total de 54 empresas (83,08%), optaram pelo custo histórico. Para essa norma, 11 empresas (16,92%) foram classificadas na categoria não divulgado/não aplicável.

A IAS 41 prevê a mensuração do ativo biológico pelo valor justo ou custo histórico. Conforme a Tabela 18, do total de 65 empresas, somente oito (12,31%) divulgaram a escolha contábil adotada, valor justo. A maioria delas, totalizando 57 empresas (87,69%), foram inserida na categoria “não divulgado/não aplicável”. Algumas empresas realmente não divulgaram a escolha utilizada, porém, grande parte das empresas não tem ativos biológicos, acarretando um maior número de empresas nessa categoria.

A IAS 2, estoques, determina que os estoques devem ser mensurados ao menor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Desse modo, essas duas escolhas contábeis são permitidas. Nesta pesquisa, do total de 65 empresas, 38 (58,46%), não divulgaram a escolha contábil utilizada ou não aplicaram a norma sobre estoques. Do total restante de 27 empresas, 14 (21,54%) optaram pelo custo histórico enquanto 13 (20%) optaram pelo valor realizável líquido.

Para a última norma em estudo, instrumentos financeiros (IAS 32 e 39), foram analisadas suas quatro categorias: a) mantidos para negociação, b) mantidos até o vencimento, c) empréstimos e recebíveis e d) disponíveis para venda. Para elas são permitidas as seguintes escolhas contábeis: valor justo e custo amortizado. Para a categoria instrumentos financeiros mantidos para negociação, 61 empresas

(93,85%) optaram pela escolha do valor justo enquanto apenas quatro empresas (6,15%) foram classificadas como “não divulgado/não aplicável”. Para os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, 38 empresas (58,46%) optaram pelo custo amortizado enquanto 27 foram classificadas como “não divulgado/não aplicável”. Na categoria instrumentos financeiros, empréstimos e recebíveis, 63 empresas (96,92%) optaram pelo custo amortizado enquanto duas (3,08%) foram classificadas como “não divulgado/não aplicável”. Por fim, a categoria instrumentos financeiros disponíveis para venda apresentou 27 empresas (41,54%) na opção valor justo e 38 (58,46%) classificadas na opção “não divulgado/não aplicável”.

Identificadas todas as informações necessárias, efetuou-se o cálculo do T *Index* obtendo-se, assim, os resultados apresentados na Tabela 19.

Tabela 19 - Valor do T *Index* para cada item em estudo

Normas Contábeis	Valor do Índice
Ativo Biológico	I= 1,00
Ativo Imobilizado	I= 0,65
Ativo Intangível	I= 1,00
Estoques	I= 0,50
Instrumentos Financeiros	
Mantidos para negociação	I= 1,00
Mantidos até o vencimento	I = 1,00
Empréstimos e recebíveis	I = 1,00
Disponíveis para a venda	I = 1,00

Fonte: A autora (2013)

Por meio do resultado obtido, nota-se que, dos cinco itens observados, três deles (ativo biológico, intangível e instrumentos financeiros) apresentaram o T *Index* igual a 1,00, enquanto apenas dois, ativo imobilizado e estoques, resultaram no T *Index* com valores diferentes de 1. Como o T *Index* permite que a comparabilidade seja mensurada em função da quantidade de empresas que adotam determinada escolha contábil ou, de outra forma, indica a probabilidade de duas ou mais empresas selecionadas apresentarem contas comparáveis, pode-se dizer que para ativo biológico, ativo intangível e instrumentos financeiros existe uma comparabilidade plena. Para estes três itens, 100% das empresas da amostra apresentaram as práticas contábeis comparáveis entre si. Para o ativo imobilizado, o resultado do cálculo do índice foi de 0,65, significando que, para este item, a

comparabilidade é de 65%, ou seja 65% das empresas da amostra apresentam práticas contábeis comparáveis para o item imobilizado. Para a norma estoques, a comparabilidade é de 50%.

A Tabela 20, evidencia por setor as escolhas contábeis realizadas pelas empresas para cada um dos itens e também o resultado do cálculo do T *Index* por setor.

Tabela 20 - Valor do T *Index* por setor

ATIVO BIOLÓGICO												
	S.1	S. 2	S. 3	S. 4	S. 5	S. 6	S.7	S. 8	S. 9	S.10	S. 11	Total
Total de Empresas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
Empresas Válidas	1	4	1	0	0	1	0	0	0	0	1	8
Custo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor Justo	1	4	1	0	0	1	0	0	0	0	1	8
Não div./Não apl.	3	5	0	4	4	6	7	1	3	13	11	57
INDICE	1,00	1,00	1,00	–	–	1,00	–	–	–	–	1,00	
ATIVO IMOBILIZADO												
	S.1	S. 2	S. 3	S. 4	S. 5	S. 6	S.7	S. 8	S. 9	S.10	S. 11	Total
Total de Empresas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
Empresas Válidas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	12	9	61
Custo Histórico	4	7	0	4	3	7	5	1	3	5	8	47
Custo Atribuído	0	2	1	0	1	0	2	0	0	7	1	14
Reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não div./Não apl.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4
INDICE	1,00	0,65	1,00	1,00	0,63	1,00	0,59	1,00	1,00	0,51	0,80	
ATIVO INTANGÍVEL												
	S.1	S. 2	S. 3	S. 4	S. 5	S. 6	S.7	S. 8	S. 9	S.10	S.11	Total
Total de Empresas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
Empresas Válidas	4	7	1	3	3	7	6	1	3	10	9	54
Custo Histórico	4	7	1	3	3	7	6	1	3	10	9	54
Custo Atribuído	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não div./Não apl.	0	2	0	1	1	0	1	0	0	3	3	11
INDICE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
ESTOQUES												
	S.1	S. 2	S. 3	S. 4	S. 5	S. 6	S.7	S. 8	S. 9	S.10	S.11	Total
Total de Empresas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
Empresas Válidas	3	7	0	2	2	3	1	0	3	5	1	27
Custo Histórico	1	3	0	1	1	1	0	0	1	5	1	14
Vr Real. Líquido	2	4	0	1	1	2	1	0	2	0	0	13
Não div./Não apl.	1	2	1	2	2	4	6	1	0	8	11	38
INDICE	0,56	0,51	–	0,50	0,50	0,56	1,00	–	0,56	1,00	1,00	

(Continua)

(Conclusão)

INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Mantidos para negociação												
	S.1	S. 2	S. 3	S. 4	S. 5	S. 6	S.7	S. 8	S. 9	S.10	S.11	Total
Total de Empresas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
Empresas Válidas	3	8	1	4	4	7	7	0	3	12	12	61
Valor justo	3	8	1	4	4	7	7	0	3	12	12	61
Custo amortizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não div./Não apl	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	4
INDICE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Mantidos até o vencimento												
	S.1	S. 2	S. 3	S. 4	S. 5	S. 6	S.7	S. 8	S. 9	S.10	S.11	Total
Total de Empresas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
Empresas Válidas	2	4	1	1	0	6	4	1	2	6	11	38
Valor justo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custo amortizado	2	4	1	1	0	6	4	1	2	6	11	38
Não div./Não apl	2	5	0	3	4	1	3	0	1	7	1	27
INDICE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Empréstimos e recebíveis												
	S.1	S. 2	S. 3	S. 4	S. 5	S. 6	S.7	S. 8	S. 9	S.10	S.11	Total
Total de Empresas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
Empresas Válidas	3	9	1	4	4	7	7	1	3	12	12	63
Valor justo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custo amortizado	3	9	1	4	4	7	7	1	3	12	12	63
Não div./Não apl	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
INDICE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Disponíveis para venda												
	S.1	S. 2	S. 3	S. 4	S. 5	S. 6	S.7	S. 8	S. 9	S.10	S.11	Total
Total de Empresas	4	9	1	4	4	7	7	1	3	13	12	65
Empresas Válidas	2	4	0	1	0	3	2	0	1	6	8	27
Valor justo	2	4	0	1	0	3	2	0	1	6	8	27
Custo amortizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não div./Não apl	2	5	1	3	4	4	5	1	2	7	4	38
INDICE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: A autora (2013)

Por meio da Tabela 20, é possível verificar com mais detalhes as escolhas contábeis e o valor do T *Index* por setor. Percebe-se, por exemplo, que, para o item ativo biológico, dos 11 setores, apenas para cinco deles foi possível calcular o índice, pois para os demais setores as empresas não divulgaram a escolha realizada ou não tinham ativo biológico.

Todos os resultados do T *Index* por setor foram sintetizados na Tabela 21. Com base nos resultados evidenciados na Tabela 21, verifica-se que os itens ativo intangível e instrumentos financeiros (categoria empréstimos e recebíveis), os quais

apresentaram o T *Index* entre os setores igual a um, tiveram também o mesmo resultado do índice para cada um dos setores observados. Ou seja, o resultado do grupo dos onze setores foi igual a um, assim como o resultado do T *Index* de cada setor dos onze setores, individualmente, também foi igual a um.

Tabela 21 - Resumo dos valores do T *Index* por setor

Setores	Normas Contábeis em Estudo							
	Ativo Biológico	Ativo Imobilizado	Ativo Intangível	Estoques	Instrumentos Financeiros			
					Mantidos negociação	Mantidos vencimento	Empréstimos recebíveis	Disponíveis venda
1	1,00	1,00	1,00	0,56	1,00	1,00	1,00	1,00
2	1,00	0,65	1,00	0,51	1,00	1,00	1,00	1,00
3	1,00	1,00	1,00	–	1,00	1,00	1,00	–
4	–	1,00	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00
5	–	0,63	1,00	0,50	1,00	–	1,00	–
6	1,00	1,00	1,00	0,56	1,00	1,00	1,00	1,00
7	–	0,59	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
8	–	1,00	1,00	–	–	1,00	1,00	–
9	–	1,00	1,00	0,56	1,00	1,00	1,00	1,00
10	–	0,51	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
11	1,00	0,80	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: A autora (2013)

Para os itens ativo biológico e instrumentos financeiros (categorias mantidos para vencimento, disponíveis para venda e mantidos para negociação), que também resultaram no T *Index* entre os setores igual a um, apresentaram o mesmo resultado para o índice calculado por setor individualmente, embora para alguns setores não foi possível aplicar o índice.

Destacam-se nesta análise, os itens ativo imobilizado e estoques. No caso do imobilizado que resultou num T *Index* entre os setores igual a 0,65. Ao avaliar os setores individualmente, nota-se que seis deles atingiram uma comparabilidade plena (100%), enquanto para os outros cinco setores encontrou-se resultado para os índices variando de 0,51 a 0,80.

A mesma análise estende-se ao item estoques, para o qual o T *Index* calculado entre todos os setores, resultou em 0,50. Pela observação do índice em cada setor, é possível perceber que, para seis setores, o item estoques apresentou um resultado entre 0,50 e 0,60. Porém, identificam-se três setores com

comparabilidade plena (100%). O resultado apresentado por meio da análise setorial, é justificado por Taplin (2012) ao considerar o T *Index* Condicional. O autor explica que ao analisar um grupo de empresas que apresentam circunstâncias semelhantes pode-se obter maior comparabilidade. Nos resultados encontrados para o item estoques percebe-se tal explicação. Ao calcular o índice para todos os setores pertencentes à amostra, obteve-se um resultado para comparabilidade de 0,50. No entanto, ao aplicar o T *Index* por setor, nota-se comparabilidade plena para três deles. Isso demonstra que empresas do mesmo setor ao apresentar características semelhantes, tem maior possibilidade de realizar as mesmas escolhas contábeis e por consequência, demonstrar maior comparabilidade.

Diante da aplicação dos dois índices de comparabilidade, ressalta-se que em 2009, o nível de comparabilidade obtido por meio da avaliação do LL e PL (Índice de Gray) está na dependência da maior ou menor proximidade da norma local com as IFRS. Assim, a identificação da comparabilidade no presente estudo teve dois fundamentos:

a) nível de comparabilidade do LL e PL identificado para o ano de 2009. Foi obtido em consequência das diferenças existentes naquele momento entre os BRGAAP em vigor e os CPC/IFRS; a partir daí a comparabilidade tende a aumentar uma vez que os BRGAAP praticamente se tornam as IFRS, com algumas diferenças;

b) o nível de comparabilidade identificado por meio da avaliação das escolhas contábeis realizadas pelas empresas, para os itens em estudo, no ano de 2010. Desde então, por meio do resultado do T *Index*, para os itens em estudo, é possível perceber que os relatórios contábeis das empresas da amostra indicam comparabilidade com a migração para as IFRS. Maior experiência das empresas na adoção das IFRS pode alterar estas escolhas, mas a tendência é que haja pouca alteração nas escolhas já realizadas.

4.3 Limitações do estudo

Algumas limitações foram identificadas no desenvolvimento desta pesquisa. Uma delas refere-se a amostra, caracterizada como não-probabilística ou não aleatória, o que implica na possibilidade de ocorrer um viés no resultado da

pesquisa, não sendo confiável inferir o resultado obtido para toda população. Outra limitação deve-se ao fato de não ter sido realizado um contato com as empresas, limitando-se ao que elas divulgaram em suas notas explicativas. Por isso, há uma variedade de itens classificados na categoria “não divulgado”, quando da análise das notas explicativas para aplicação do T *Index*. Por fim, uma terceira limitação observada, refere-se ao cálculo de ambos os índices. Embora os dois mensurem a comparabilidade, utilizam-se de dados distintos para isto LL, PL e escolhas contábeis. Além disso cada índice foi aplicado para um ano apenas, não possibilitando assim, uma análise de natureza temporal. Por isso, não será possível concluir se houve uma evolução da comparabilidade ao longo do tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que promover a convergência das normas locais às normas internacionais de contabilidade é o objetivo do IASB, buscando assim alcançar demonstrações contábeis comparáveis.

Diante da importância atribuída à comparabilidade da informação, o problema de pesquisa que direcionou esse estudo foi: Qual o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis das empresas brasileiras de capital aberto com a adoção dos CPC/IFRS? Para tanto, dois índices que mensuram a comparabilidade com base em dados distintos, foram utilizados para verificar o nível de comparabilidade, sendo eles o Índice de Gray e o *T Index*. O Índice de Gray permite mensurar a comparabilidade por meio da identificação do valor do LL e do valor do PL de demonstrações elaboradas sobre dois padrões de normas contábeis. O *T Index* mensura a comparabilidade por meio do levantamento das escolhas contábeis realizadas pelas empresas, ou seja, quantificando quais as escolhas contábeis na mensuração foram adotados pelas empresas em cada um dos itens estudados. Os índices citados foram utilizados por estudos que nortearam esta pesquisa, tais como Haverty (2006) e Liu (2009), na utilização do Índice de Gray, Cairns *et al.* (2010), no que se refere à aplicação do *T Index*.

Foram definidas como amostras desta pesquisa as companhias pertencentes ao índice IBrX. Dessa forma, 65 empresas constituíram a amostra válida deste estudo, pois atenderam aos requisitos necessários para a aplicação de ambos os índices. Os dados foram coletados nas notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas, divulgadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, disponíveis no sítio da BM&FBOVESPA. Ressalta-se que a opção pelo ano de 2010 deve-se ao CPC 43 - R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos), que determinou que a segunda etapa do processo de convergência ocorresse em 2010, com a adoção obrigatória das IFRS em efeito retroativo para o ano de 2009 para fins comparativos. Desse modo, foi divulgado nas demonstrações de 2010 um quadro de reconciliação dos valores de LL e PL em BRGAAP e IFRS, para 2009, o que permitiu o cálculo do Índice de Gray. Além disso, as notas explicativas referentes ao ano de 2010 permitiram a identificação das escolhas contábeis realizadas pelas empresas para os itens definidos.

Como resultado da aplicação do Índice de Gray, sete empresas apresentaram, para o LL, índice igual a um, enquanto, para o PL, oito empresas apresentaram índice igual a um. Entretanto, ao considerar o intervalo de materialidade de 10%, o resultado do índice foi o seguinte: para o LL, o total de 37 empresas foram comparáveis, o que equivale a 56,93% da amostra, enquanto, para o PL, 33 empresas foram comparáveis, correspondendo a 50,76% da amostra em estudo. Conclui-se que, para o ano de 2009, a comparabilidade verificada encontra-se em torno de 50%, indicando que as práticas contábeis em BRGAAP eram distintas das IFRS. Ao considerar que este foi um ano de transição das normas locais às IFRS, esperava-se um resultado próximo ao encontrado.

Ao verificar os ajustes realizados pelas empresas com maior frequência identificou-se: participações de não controladores, impostos diferidos, baixa de ativo diferido, benefícios a empregados, ativo biológicos, combinações de negócios, contratos de concessão, depreciação e amortização para o LL e PL. Ao relacionar os ajustes com a comparabilidade, observa-se que quanto maior o montante de ajustes realizados, maior a diferença entre os valores, seja do LL ou do PL, nos dois padrões. Isso reflete diretamente no Índice de Gray, que resulta num valor bem distante de um, implicando assim, nas situações de baixa comparabilidade entre os dois padrões contábeis.

Diante da aplicação do *T Index* para mensurar a comparabilidade com base nas escolhas contábeis em relação aos itens definidos no ano de 2010, observou-se que dos cinco itens, três deles: ativo biológico, intangível e instrumentos financeiros apresentaram o *T Index* igual a 1,00 (o que indica uma comparabilidade plena). Em outras palavras, ao observar esses itens, as empresas fizeram opção pela mesma escolha contábil. Ativo imobilizado e estoques, apresentaram um *T Index* com valores diferentes de um. Para o ativo imobilizado, o resultado do cálculo do índice foi de 0,65, ou seja, comparabilidade de 65% e para o item estoques a comparabilidade foi de 50%. Destaca-se ainda, que para os itens imobilizado e estoques, ao analisar o resultado do *T Index* por setor, alguns deles apresentaram comparabilidade plena. Esse resultado é justificado por Taplin (2012) ao se referir ao *T Index* Condicional, o qual trata da comparabilidade mensurada entre empresas que apresentam características semelhantes, no caso, o setor.

Ao estabelecer uma relação entre a adoção das IFRS, escolhas contábeis e comparabilidade, espera-se que, com a adoção das IFRS, um único conjunto de normas seja adotado em substituição a vários conjuntos de normas locais. Dessa forma, as escolhas contábeis das empresas se concentram em um menor número de opções, dentre as permitidas aumentando a comparabilidade. Com isso as informações contábeis disponibilizadas aos usuários estarão apresentadas de forma mais compreensíveis, reduzindo assim a assimetria das informações.

Diante dos resultados obtidos nessa pesquisa, embora com a utilização de índices que mensuram a comparabilidade com base em informações diferentes, pode-se dizer que, para o ano de 2009, a comparabilidade encontrada em torno de 50% para os valores de LL e PL, é reflexo da existência de dois padrões de normas contábeis que apresentam distinções entre si. No ano de 2010, considerando que as empresas adotaram os CPC/IFRS e, portanto, as escolhas contábeis foram realizadas de acordo com o novo padrão, nota-se que ao quantificar essas escolhas obteve-se índices com resultados que indicam comparabilidade plena para alguns dos itens em estudo. Com base nesse cenário, na análise de apenas cinco itens, evidências apontam para a melhoria da comparabilidade ao longo do tempo com a adoção das IFRS. No entanto, não é possível afirmar que a adoção das IFRS implicou em demonstrações contábeis plenamente comparáveis. Isso porque, as normas propostas pelo IASB tem o objetivo de proporcionar demonstrações contábeis que retratam maior realidade econômica, destacando-se assim a utilização do valor justo. Contudo o benefício da melhor representação dos resultados da empresa esbarra-se em fatores subjetivos como a interpretação de quem elabora tais demonstrações. Além disso, como o próprio *T Index* Condicional demonstra, a comparabilidade é maior entre empresas inseridas em um mesmo contexto, ou seja, apresentam características semelhantes. Por fim, para se afirmar que as demonstrações contábeis são plenamente comparáveis deve-se ainda observá-las em todos os aspectos aqui não contemplados, quais sejam, reconhecimento, mensuração e divulgação.

Destaca-se como principais limitações dessa pesquisa a utilização de uma amostra não probabilística, não permitindo assim, generalizar os resultados para toda a população. Além disso, a aplicação de um índice em cada ano distinto, não permitiu mostrar a evolução ou não da comparabilidade para os itens estudados,

tendo em vista que não se utilizou uma série histórica. Espera-se que esse estudo contribua não só no âmbito acadêmico, mas de forma geral, para os usuários da informação contábil, uma vez que, por meio de seu resultado é possível obter maior compreensão do impacto da adoção das IFRS, bem como observar se realmente esforços do IASB em obter a comparabilidade da informação contábil estão sendo bem sucedidos.

Sugere-se para pesquisas futuras que a comparabilidade das demonstrações contábeis seja medida com base no *T Index* para uma série histórica, pois assim será possível verificar o comportamento da comparabilidade para mais de um ano com a utilização do mesmo instrumento.

REFERÊNCIAS

ALEDO, J.; MARTINEZ, F.G.; DIAZARAQUE, J.M.M. **Firm specific factors influencing the selection of accounting options provided by the IFRS: empirical evidence from Spanish Market**. Banco de España, Documentos de Trabajo, n.0926, 2009.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BM&FBOVESPA (Brasil). **A nova bolsa**. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br> Acesso em: 22 mar. 2012.

BRASIL. **LEI n. 11.638 de 28 de Dezembro de 2007**. Dispõe sobre as alterações referente a lei das sociedades anônimas (Lei das S/A). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 06 abr. 2012.

CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TAPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. **The British Accounting Review**, v. xxx, p.1-21, 2010.

CALLAO, S.; JARNE, J. I.; LAÍNEZ, J. A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability. **Journal of International Accounting, Auditing And Taxation**, Zaragoza, p.148-178, 2007.

CARVALHO, F.A.; PONTE, V.M.R.; COELHO, A.C.D.; LUCA, M.M.M. Impactos de Alterações nas Práticas Contábeis nos Indicadores Financeiros das Empresas Brasileiras. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011. p. 1-16.

CARVALHO, L.N.; LEMES, S.; COSTA, F.M. **Contabilidade Internacional: Aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CHAIRAS, I.Y.; RADIANTO, W.R.D. **Accounting Harmonization in ASEAN: the process, benefits and obstacles**. 2001. 140 f. Master Thesis, International Accounting and Finance, Göteborg University, 2001. Disponível em <https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/2499/1/Chairas_2001_5_inlaga.pdf>. Acesso em 03 mai. 2013.

CHOI, F.D.S.; FROST, C.A.; MEEK, G.K. **International Accounting**. 3.ed. Upper Saddle River: Pearson Education, 1999.

CPC 00 R1 – COMITE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil) - **Pronunciamento Técnico CPC 00 R1**: Pronunciamento Conceitual Básico, 2 de dezembro de 2011. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 11 abr. 2013.

CPC 04 R1 – COMITE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil) - **Pronunciamento Técnico CPC 04 R1**: Ativo Intangível, 5 de novembro de 2010. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 11 abr. 2013.

CPC 16 R1 – COMITE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil) - **Pronunciamento Técnico CPC 16 R1**: Estoques, 8 de maio de 2009. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 11 abr. 2013.

CPC 27 – COMITE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil) - **Pronunciamento Técnico CPC 27**: Ativo Imobilizado, 26 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 11 abr. 2013.

CPC 29 – COMITE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil) - **Pronunciamento Técnico CPC 29**: Ativo Biológico e Produto Agrícola, 7 de agosto de 2009. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 11 abr. 2013.

CPC 38 – COMITE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil) - **Pronunciamento Técnico CPC 38**: Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração, 2 de outubro de 2009. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 11 abr. 2013.

COLE, V; BRANSON, J; BREESCH, D. How to measure the comparability of financial statements? **International Journal of Managerial and Financial Accounting**, v.1, n.4, p.379-397, 2009.

ERNST & YOUNG. **IFRS: 1º ano: Análises sobre a Adoção Inicial do IFRS no Brasil**. Disponível em <http://mrm.comunicque-se.com.br/121/arq_121_219638.pdf>. Acesso em 10 ago. 2012.

FARAH, P.L.S.; MARTINS, E.; ROMANI, S.R.; LISBOA, L.P. As normas internacionais de relatório financeiros – IFRS e as principais similaridades e diferenças em relação às normas e práticas contábeis brasileiras: introdução. In: ERNEST & YOUNG E FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS Versus Normas Brasileiras**. 2.ed. São Paulo: Atlas 2010.

FAVERO, L.P.; BELFIORE, P.; SILVA, F.L.; CHAN, B.L. **Análise de Dados: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIELDS, T.D.; LYS, T.Z.; VICENT, L. Empirical Research on Accounting Choice. **Journal of Accounting and Economics**, v.31, n.1, p. 255-307, 2001.

FIORAVANTE, A. C.; VARONI, P.; MARTINS, V.A.; RIBEIRO, M.S. IAS – Ativo Biológico e Produto Agrícola. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. Volume 2. Ernst & Young, Fipecafi. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FREITAS, K. C. **Escolhas contábeis na Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: direcionadores das isenções do Pronunciamento Técnico CPC 37**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, 2011.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRAY, S.J. The impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some European evidence. **Journal of Accounting Research**, v.18, n.1, p.64-76, 1980.

GOULART, A.M.C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. Tese (Doutorado em Contabilidade). Universidade de São Paulo. São Paulo 2007.

HAVERTY, J.L. Are IFRS and U.S. GAAP converging? Some evidence from People's Republic of China companies listed on the New York Stock Exchange. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v.15, p.48-7, 2006.

ICPC 10 – COMITE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil) – **Interpretação Técnica ICPC 10**: Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Disponível em <[http:// www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em 11 abr. 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. MARTINS, E. GELBCKE, E. R., SANTOS, A. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Teoria da Firma, Comportamento dos Administradores e Estrutura de Propriedade. **RAE Clássicos**, v. 48, n. 2, p. 87-125, abr./jun. 2008.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S.GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p.25-45, maio/agosto 2009.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade Internacional para Graduação**: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, S.; SANTOS, L. A. A.; RODRIGUES, N. A. Financial Statement Comparability: Empirical Evidence From Brazil. **Jornal of Modern Accounting and Auditing**, v. 9, n.5, p.587-601, may 2013.

LIU, C. IFRS and US-GAAP comparability before release no 33.8879. Some evidence from US-listed Chinese companies. **International Journal of Accounting and Information Management**, v. 19, n.1, p.24-33, 2011.

LOURENÇO, R.L. **Difusão da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade na comunicação eletrônica dos conselhos da classe contábil**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

MARTINEZ, A.L. **"Gerenciamento" dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. Tese (Doutorado em Contabilidade). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, V.A.; PINTO, M.; ALCOFORADO, E. Escolhas Contábeis na Mensuração de Propriedades para Investimentos das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. In: III Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis- Ad Cont, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p.1-16.

MARTORELLI, R.; MORAES, W.; SALOTTI, B.M. IAS 16 – Imobilizado In: **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. v. 2. Ernst & Young, Fipecafi. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MURCIA, F.D.; WUERGES, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações *versus* gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, v.7, n.2, p.28-44, abr./jun., 2011.

NAVARRETE, J.A.; BERSTECHE, M. D.; GUERREIRO, R. IAS 2 – Estoques. In: **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. Ernst & Young, Fipecafi. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, J.K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

NOGUEIRA, L.M.M; LEMES, S. Estudo do Nível de Comparabilidade dos ajustes parciais em US GAAP e BR GAAP. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 3, n.2, p. 19-36, 11 ago. 2008.

OLIVEIRA, V. A. **Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

OLIVEIRA, V.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças USP**, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/jun./jul.ago. 2011.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PARKER, R.H.; MORRIS, R.D. The influence of U.S. GAAP on the harmony of accounting measurement policies of large companies in the U.K. and Australia. **ABACUS**, v.37, n.3, p. 297-328, 2001.

PWC – PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Guia de IFRS para Não Contadores**, 2011. Disponível em: <<http://pwc.com/br>>. Acesso em 12 jun. 2011.

PWC – PRICEWATERHOUSECOOPERS. **ABC Aberta S.A. Demonstrações Financeiras Ilustrativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS em 31 de dezembro de 2010.** Disponível em: <<http://pwc.com/br>>. Acesso em 20 jun. 2011.

RIBEIRO FILHO, J.F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Org). **Estudando Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, E.S.; Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto Esperado nos resultados de 2010 a partir das empresas que se anteciparam. Anais do **11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade** – São Paulo 28 e 29 de julho de 2011.

SOUSA, R.S. Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais. **Revista Gestão & Tecnologia**, v.9, n.1, p.1-12, jan./jul.2009.

TAPLIN, R.H. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. **Accounting and Business Research**, vol. 34, n.1, p.57-73, 2004.

_____. A Practical Guide to Constructing Specialised Indices of International Accounting Harmony Using the Harmoniser Software. **Financial Reporting, Regulation and Governance**, vol.5, n.1, 2006.

_____. Statistical inference using the T index to quantify the level of comparability between accounts. **Accounting and Business Research**, vol. 40, n.1, p.75-103, 2010.

_____. The Measurement of Comparability in Accounting Research. **Abacus**, vol. 47, n. 3, 2011.

_____. **Measuring the Comparability of Company Accounts Conditionally.** Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=2210722>> Acesso em 17/07/2013.

VAN DER TAS, L.G. Measuring Harmonisation of Financial Reporting Practice. **Accounting and Business Research**, v. 18, n. 70, p. 157 -169, 1988.

_____. Measuring International Harmonization and Standardization: A Comment. **ABACUS**, v.28, n.2, p.211-216, 1992.

WEETMAN, P.; JONES, E.A.E.; ADAMS, C.A.; GRAY, S.J. Profit Measurement and UK Accounting Standards: A Case of Increasing Disharmony in Relation to USGAAP and IASs. **Accounting and Business Research**, v.28, n.3, p.189-208, Summer, 1998.

ANEXOS

ANEXO A: Apêndice do Estudo de Taplin (2004) comprovando que o Índice H origina-se T Index

Appendix

This appendix provides a mathematical proof that the H index equals the T index under the options 1a,2a and then a proof that the between country C index equals the T index under the options 1a,2c. Since the I index equals the between country C index when there are only two countries this also proves that the I index for two countries is also a special case of the T index. For simplicity of mathematical expression we only provide the mathematics when non-disclosing companies have been removed (4a) and multiple reporting is not allowed (3a), as these are the cases for which mathematical expressions for the H and between country C indices are typically provided.

First, under options 1a,2a,3a,4a for the T index, we have $\alpha_{kj}=0$ if $k \neq l$ and $\alpha_{kk}=1$ and $\beta_{ij}=n_i n_j / n^2$ where n_i is the number of companies sampled from country i and n is the total number of companies sampled. Then

$$\begin{aligned}
 T &= \sum_{i=1}^M \sum_{j=1}^M \sum_{k=1}^M \sum_{l=1}^M \alpha_{kl} \beta_{ij} p_{ki} p_{lj} \\
 &= \sum_{k=1}^M \sum_{i=1}^M \sum_{j=1}^M \beta_{ij} p_{ki} p_{lj} && \text{since } \alpha_{kl}=0 \text{ if } k \neq l \text{ and } \alpha_{kk}=1. \\
 &= \sum_{k=1}^M \sum_{i=1}^M \sum_{j=1}^M \frac{n_i}{n} p_{ki} \frac{n_j}{n} p_{lj} && \text{substituting the value for } \beta_{ij} \\
 &= \sum_{k=1}^M \left(\sum_{i=1}^M \frac{n_i}{n} p_{ki} \sum_{j=1}^M \frac{n_j}{n} p_{lj} \right) && \text{rearranging terms} \\
 &= \sum_{k=1}^M p_k^2 && \text{since } \sum_{i=1}^M \frac{n_i}{n} p_{ki} = \sum_{j=1}^M \frac{n_j}{n} p_{kj} = p_k, \text{ the overall proportion} \\
 &= H. && \text{of companies using method } k.
 \end{aligned}$$

Under options 1a,2c,3a,4a for the T index the α_{kl} are the same as above but

$$\beta_{ij} = \frac{n_i n_j / n^2}{1 - \sum_{i=1}^M n_i^2 / n^2}$$

if $i \neq j$ and $\beta_{ii}=0$. We use n_{ki} to denote the number of companies in country i using method k so

$$p_{ki} = \frac{n_{ki}}{n_i}$$

is the proportion of companies in country i using method k . Then

APÊNDICES

APÊNDICE A: Planilha para o cálculo do Índice de Gray

EMPRESA:						
CONSOLIDADO	2009					
	BR GAAP	IFRS	IFRS - BR GAAP	IIFRSI	Δ	I. GRAY
PATRIMONIO LÍQUIDO						
LUCRO LÍQUIDO						

APÊNDICE C: Tabulação das escolhas contábeis por setor

ATIVO BIOLÓGICO												
	S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
Custo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor Justo	1	4	1	0	0	1	0	0	0	0	1	8
Não divulg./Não aplic.	3	5	0	4	4	6	7	1	3	13	11	57
ATIVO IMOBILIZADO												
	S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
Custo Histórico	4	7	0	4	3	7	5	1	3	5	8	47
Custo Atribuído	0	2	1	0	1	0	2	0	0	7	1	14
Reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não divulg./Não aplic.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4
ATIVO INTANGÍVEL												
	S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
Custo Histórico	4	7	1	3	3	7	6	1	3	10	9	54
Custo Atribuído	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não divulg./Não aplic.	0	2	0	1	1	0	1	0	0	3	3	11
ESTOQUES												
	S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
Custo Histórico	1	3	0	1	1	1	0	0	1	5	1	14
Vr Realizável Líquido	2	4	0	1	1	2	1	0	2	0	0	13
Não divulg./Não aplic.	1	2	1	2	2	4	6	1	0	8	11	38
INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Mantidos para negociação												
	S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
Valor justo	3	8	1	4	4	7	7	0	3	12	12	61
Custo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não divulg./Não aplic.	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	4
INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Mantidos até o vencimento												
	S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
Valor justo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custo amortizado	2	4	1	1	0	6	4	1	2	6	11	38
Não divulg./Não aplic.	2	5	0	3	4	1	3	0	1	7	1	27
INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Empréstimos e recebíveis												
	S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
Valor justo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custo amortizado	3	9	1	4	4	7	7	1	3	12	12	63
Não divulg./Não aplic.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Disponíveis para venda												
	S.1	S.2	S.3	S.4	S.5	S.6	S.7	S.8	S.9	S.10	S.11	Total
Valor justo	2	4	0	1	0	3	2	0	1	6	8	27
Custo amortizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não divulg./Não aplic.	2	5	1	3	4	4	5	1	2	7	4	38